



ELO



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XVI - N.º 192

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Outubro — 1990 — 60\$00

Relações internacionais e cooperação

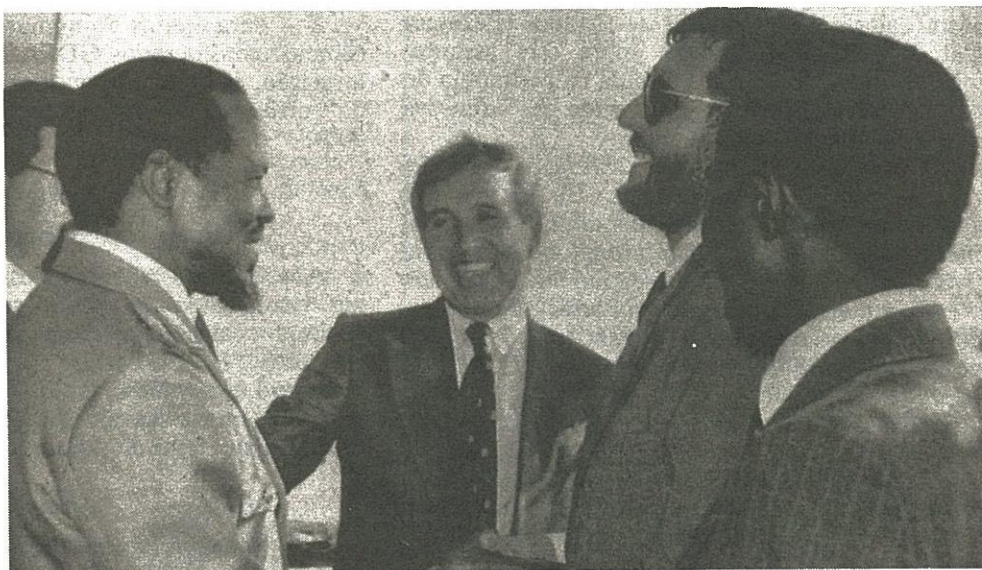
■ **União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau desenvolve-se:**

● **Deslocação a Moçambique:**

- de Maputo ao Rovuma
- assinada a «Declaração de Maputo»

● **Secretário-Geral da Associação dos Antigos Combatentes de Angola na ADFA**

- convite para visitar Angola



O Presidente Chissano com o Presidente da Direcção Central da ADFA e o representante da Secretaria de Estado da Defesa Nacional

(gentileza do «Público»)

■ **FMAC: XL Aniversário — ADFA em Bangueroque**

■ **IKK: reúne e trabalha com ADFA em Lisboa**

LEGISLAÇÃO

Publicado o Decreto-Lei sobre «Grandes deficientes»

«... 80% ... admito que seja um limite, do ponto de vista dos deficientes, insuficiente... a porta não está completamente fechada»

(dr. Eugénio Ramos ao «ELO»)



Conselho Nacional de Reabilitação recebe Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional

«A Nação tem que recompensar aqueles que à chamada disseram sim»



NOVA SEDE

Lançamento oficial da campanha de angariação de fundos

- **Medalhas evocam Descobrimientos**
- **Órgãos de soberania, Instituição Militar, Autarquia, Delegações, associados e particulares dizem: *Presente!***

Desporto além-fronteiras — ADFA em Santander



Decreto-Lei sobre «grandes deficientes»

«...80%... admito que seja um limite, do ponto de vista dos deficientes, insuficiente... a porta não está completamente fechada.» (Dr. Eugénio Ramos, Secretário de Estado Adjunto da Defesa Nacional)

Conforme ELO informou em Setembro, estaria para muito breve a publicação do Decreto-Lei sobre «grandes deficientes em serviço», o que de facto veio a acontecer já no dia 13 deste mês. Dada a sua importância, vamos transcrevê-lo na íntegra. Antes, no entanto, a resposta dada pelo Secretário de Estado da Defesa Nacional, dr. Eugénio Ramos, sobre este assunto, questionado que foi pelo ELO à saída da cerimónia do dia 24, sobre se a legislação agora saída era definitiva em termos de incapacidade.

«Numa sociedade dinâmica e aberta as questões nunca estão totalmente encerradas. Eu já vos tive oportunidade de dizer que nós tentamos, dentro das disponibilidades que temos, ir tão longe quanto possível. Tivemos agora uma primeira experiência, que tem a ver com aqueles deficientes que não sendo «em campanha» foram considerados «grandes deficientes», em que o limite que foi considerado foi o de 80% de incapacidade. É, naturalmente, um limite que estava no âmbito das nossas capacidades. Admito que seja, do ponto de vista dos deficientes, insuficiente, mas vamos deixar absorver a implementação desta legislação e depois veremos. Depende das possibilidades... Se se justificar, a porta não está completamente fechada.»

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Decreto-Lei n.º 314/90 de 13 de Outubro

O Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, veio instituir um conjunto de direitos e compensações para os militares que, no cumprimento do dever e na defesa dos interesses da Pátria, sofreram diminuição da sua capacidade geral de ganho, em resultado de acidente ocorrido em serviço de campanha ou em circunstâncias equiparáveis. O objectivo de tal medida era criar as condições para a integração social dos interessados.

Todavia, existem militares que adquiriram deficiência em circunstâncias que, embora não enquadráveis no regime jurídico definido por aquele diploma, foram expressamente reconhecidas como resultado do serviço militar.

De entre estes, importa salientar os portadores de grande deficiência, originadora de incapacidade quase total e da qual advêm graves repercussões, designadamente em encargos adicionais relacionados com a própria deficiência.

Por isso, devido ao elevado grau de dificuldades com que estes militares se defrontam, e tendo ainda em atenção que a prestação de serviço militar, mesmo em tempo de paz, implica um risco constante pela sua especificidade, afigura-se de toda a justiça que o Estado adopte medidas de maior protecção a tais casos.

Assim:

Nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º

Grande deficiente das forças armadas

1 — É considerado grande deficiente das forças armadas (GDFAS) o cidadão que, no cumprimento do

dever militar e não abrangido pelo Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, adquiriu uma diminuição permanente na sua capacidade geral de ganho, da qual resulte passagem à situação de reforma extraordinária ou atribuição de pensão de invalidez nos termos do n.º 2 do artigo 18.º e dos artigos 127.º e seguintes do Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, e cuja desvalorização seja igual ou superior a 80%.

2 — Para efeitos do número anterior são automaticamente considerados GDFAS os militares cuja desvalorização, já atribuída ou a atribuir pela junta médica da Caixa Geral de Aposentações, é igual ou superior a 80%.

Artigo 2.º

Abono suplementar de invalidez

Aos GDFAS reconhecidos nos termos deste diploma é concedido um abono suplementar de invalidez atribuído, calculado e actualizado nas condições previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º e n.º 2 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, em função da percentagem de desvalorização fixada pela junta médica da Caixa Geral de Aposentações.

Artigo 3.º

Prestação suplementar de invalidez

1 — Aos GDFAS a quem seja reconhecida uma percentagem de incapacidade igual ou superior a 90% é devido o pagamento de prestação suplementar de invalidez nas condições previstas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro, em função da percentagem de desvalorização fixada pela junta médica da Caixa Geral de Aposentações.

2 — A verificação da necessidade da atribuição da prestação suplementar de invalidez, que se destina a custear os encargos da utilização de serviços de acompanhante, é feita pela junta médica da Caixa Geral de Aposentações, podendo esta decisão ser revista uma vez em cada três anos, a requerimento do interessado.

3 — Os GDFAS com 90% de incapacidade já reconhecida podem requerer à Caixa Geral de Aposentações a prestação suplementar de invalidez, a partir da entrada em vigor do presente diploma.

4 — A prestação referida no número anterior não será abonada enquanto os GDFAS estiverem hospitalizados ou internados a expensas do Estado.

Artigo 4.º

Direitos e regalias dos GDFAS

A todos os GDFAS reconhecidos nos termos deste diploma, e com a finalidade de melhor suportarem as suas deficientes condições familiares e sociais, é concedido o gozo dos direitos e regalias constantes das disposições aplicáveis do artigo 13.º, dos n.ºs 3 a 9 do artigo 14.º e do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

Artigo 5.º

Do uso do cartão de GDFAS

Todos os GDFAS têm direito ao uso do cartão de identificação de características e condições de utilização idênticas às do cartão de DFA estabelecido pelo n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro.

INFORMAÇÃO AOS SÓCIOS

Deduções IRS para os rendimentos de 1990

Tal como ELO divulgou oportunamente (JAN90), em relação aos rendimentos auferidos em 1989, neste número iremos procurar informar sobre as actualizações introduzidas no IRS em referência a alguns artigos alterados pela Lei 101/89 de 29 DEZ (Orçamento Geral do Estado para o ano de 1990).

— Deduções:

Ao rendimento bruto de trabalho dependente: (Art.º 25.º 1) — o limite desta dedução específica foi elevado de 250 000\$00 para 300 000\$00.

(Nota: relembra-se que nos termos do n.º 3 deste mesmo Art.º os sujeitos passivos portadores de deficiência igual ou superior a 60% têm direito a esta dedução com elevação em 50% (isto é, de 375 000\$00 para 450 000\$00);

Ao rendimento das pensões (categoria H): (Art.º 51.º 1 e 2) — os limites passaram, respectivamente, de 400 000\$00 para 500 000\$00 e de 1 000 000\$00 para 1 250 000\$00).

— Abatimentos

Ao rendimento líquido total: (Art.º 55.º 2) — os referidos nas alíneas c) a f) passaram do limite de 90 000\$00 para 105 000\$00 (para sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens) e de 180 000\$00 para 210 000\$00 (para sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens).

A elevação destes valores pode ir, respectivamente, até 120 000\$00 e 240 000\$00 se a diferença corresponder a encargos com seguros de Vida, de doença ou acidentes pessoais que não garantam, durante os primeiros cinco anos, o pagamento de um capital em vida.

(Art.º 55.º 3) — os abatimentos mínimos passaram de 45 000\$00 para 52 500\$00 e de 90 000\$ para 105 000\$00, consoante se trate de sujeitos passivos não casados ou casados, respectivamente.

— Dispensa de declarações

(Art.º 58.º 1c) — ficam dispensados de apresentar declaração de rendimentos mod. 1 os sujeitos passivos que tenham obtido apenas rendimento de pensões de montante inferior a 1 150 000\$00 (anteriormente 930 000\$00) no seu conjunto, quando casados e não separados judicialmente de pessoas e bens e 900 000\$00 (antes 750 000\$00) nos restantes casos.

— Taxas gerais do imposto

(Art.º 71.º) — mantendo-se as taxas, os escalões do rendimento colectável, em contos, foram elevados de:

- 450 para 540;
- 450 até 850 para 540 até 1020;
- 850 até 1250 para 1020 para 1500;
- 1250 até 3000 para 1500 até 3600 e
- superiores a 3000 para superiores a 3600.

— Deduções à colecta:

(Art.º 80.º 1) — a) por cada sujeito passivo não casado ou separado judicialmente de pessoas e bens: elevado de 20 000\$00 para 23 000\$00;

b) por cada sujeito passivo casado e não separado judicialmente de pessoas e bens: elevado de 15 000\$00 para 17 000\$00;

c) por cada dependente, que não seja sujeito passivo deste imposto: elevado de 10 000\$00 para 12 000\$00.

(Nota: tal como indicado para o art.º 25.º, e dentro do mesmo critério, agora no n.º 6 deste Art.º 80.º, as deduções aqui indicadas são, de igual modo, elevadas em 50%).

— Limites mínimos:

(Art.º 88.º) — o limite mínimo para cobrança foi elevado de 2000\$00 para 5000\$00, enquanto o de restituição se manteve em 2000\$00!

Para finalizar, mantêm-se em vigor as disposições próprias para deficientes previstas no art.º 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais que isentam de IRS cinquenta por cento (50%) dos rendimentos de trabalho (categorias A e B) e que permitem a dedução total de prémios de seguro de Vida cujo primeiro beneficiário é o deficiente, tal como a dedução total, com respeito aos mesmos, das despesas de educação e reabilitação.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8

Composto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 13 000 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia,
revisão e maquetagem:
José Manuel Sande, Luísa Rodrigues e
Armindo Roque.

CEDE-SE

POSIÇÃO AUTOGRUPO
OPEL CORSA 1.4
OU EQUIVALENTE

Contactar ABÍLIO
Telefone 32 62 47 (horas expediente)



**EMERGÊNCIA
MOÇAMBIQUE**



Tendo o Comité Português para a UNICEF lançado, em conferência de Imprensa de 16 deste mês, a campanha «Emergência Moçambique», da mesma, a que a ADFA esteve presente nas pessoas do Presidente da Direcção Central, José Arruda e do Chefe de Redacção do «ELO», José Manuel Sande, se dá mais notícias no espaço «*Mas as crianças, senhores...*».

tendo divulgado ir constituir uma Comissão encarregue de sintetizar, dentro do possível, os projectos avançados. Coordenada pelo 1.º secretário da MAGN (e sócio n.º 1 da ADFA), Couceiro Ferreira e assessorada pelo Consultor Jurídico da Associação, António Carreiro, a Comissão integrará ainda um elemento subscritor de cada uma das propostas.

Esta reunião foi também aproveitada para aflorar questões de relacionamento e comunicação inter-Órgãos Centrais que passam, especialmente, por falta de troca de informações.

**Direcção Central
visita Delegações**

No passado dia 20 os Presidentes e Tesoureiro da DC, José Arruda e Armindo Matias, deslocaram-se a Coimbra e Viçeu, tendo reunido com as respectivas Direcções de Delegação e outros órgãos locais, para análise e troca de informações sobre actividades nacionais e regionais.

**I Feira das
«Iniciativas
Locais de
Emprego»**

Sob o patrocínio dos Instituto do Emprego e Formação Profissional teve lugar na FIL, de 2 a 4 deste mês, a «I Feira das Iniciativas Locais de Emprego» (Debates entre promotores de ILE), a que esteve presente, pela ADFA, a Técnica de Serviço Social, dr.ª Gracinda Benedito.

Torres da C. V. P.

No passado dia 23 foi recebida pela Direcção Central da ADFA uma delegação da Comissão Coordenadora dos Moradores da Torres (CVP), que lhe foi entregar um «dossier» e informar da situação existente quanto à pretendida alienação das mesmas, onde residem também grandes deficientes das Forças Armadas.



**FMAC — 48.ª
Reunião do
Conselho Geral**

Efectuando-se de 5 a 11 de Novembro próximo, em Banguecoque (Tailândia), a 48.ª Reunião do Conselho Geral da FMAC, onde, recorde-se, Angola e Moçambique deverão apresentar o seu pedido de adesão, a ADFA enviará uma delegação a este histórico encontro, composta pelos associados Presidente da Direcção Central, José Arruda, 1.º Secretário da Mesa da Assembleia-Geral Nacional e Delegado Permanente para a FMAC, Joaquim Couceiro Ferreira e Consultor Jurídico e membro do Conselho Nacional, António Carreiro.



**Reunião de
Órgãos Sociais**

Em reunião de Órgãos Centrais Sociais realizada em 13 deste mês, a MAGN deu conta das propostas já apresentadas para revisão estatutária,

D. L.N.º 314/13-OUT-90

**GRANDES DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS
EM SERVIÇO (GDFAS)**

— ACTUALIZAÇÃO DE PENSÕES —

- Pensionistas de invalidez dos Serviço Militar Obrigatório; actualização automática.
- Reforma extraordinária dos militares do Quadro Permanente; têm de requerer a actualização ao Administrador Geral da Caixa Geral de Depósitos.
- O direito à Prestação Suplementar de Invalidez, (3.ª Pessoa) tem sempre de ser requerido.
- As Delegações estão habilitadas a elaborar os referidos requerimentos.

**Monumento
ao combatente**

Sobre a presidência do general Altino de Magalhães (Liga dos Combatentes) reuniu, no passado dia 8 deste mês, na Sociedade de Geografia, a Comissão Executiva do Monumento aos Combatentes do Ultramar, ten-



do-se feito já uma primeira abordagem sobre a filosofia que deve «inspirar» o mesmo, assim como do espírito que se quer imprimir ao regulamento do respectivo concurso público, dadas já as garantias materiais existentes, como sejam o terreno e um subsídio de 50 mil contos do Ministério da Defesa Nacional. A ADFA esteve presente na pessoa do Presidente da Direcção Central, José Arruda.

**III Assembleia
Geral da União
Europeia
de Cegos**

Conforme o «ELO» de Setembro, realizou-se em Lisboa, de 11 a 13 deste mês, a III Assembleia Geral da União Europeia de Cegos, a que a ADFA esteve presente com os seguintes elementos: Presidente e 1.º Secretário da DC, José Arruda e Patuleia Mendes, encarregados dos GOS (Gabinete dos Órgãos Sociais), do DAJAS (Dep. Assuntos Sociais) e DEFOP (Dep. Form. Profissional), res-



pectivamente majores Lopes Dias e Jorge Maurício e dr. Sarmento Coelho, bem como ainda o major António Neves (Comissão de Reabilitação) e dr.ª Gracinda Benedito (Técnica de Serviço Social).

Ao contrário do anunciado, só no «ELO» de Novembro nos é possível apresentar a devida reportagem desta importante reunião.

**«Sucesso
no emprego
das pessoas
com deficiências»**

Numa organização do Secretariado Nacional de Reabilitação, do Instituto de Emprego e Formação Profissional, da COFACE (Confederação das Organizações Familiares da Comunidade Europeia) e da Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, com o apoio do Ministério do Emprego e da Segurança Social e da Comissão das Comunidades Europeias, realizou-se, em Lisboa, em 12 e 13 deste mês um coloquio europeu sobre «Sucesso no emprego das pessoas com deficiência», em que a ADFA se fez representar pelo Presidente da Direcção Central, José Arruda, e pelos responsável



e técnica do Departamento de Formação Profissional, dr. Sarmento Coelho, e dr.ª Cecília Pires.

Aa presidir à Sessão de Encerramento, o Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, dr. Bagão Félix, anunciou a próxima «certificação dos cursos de Formação Profissional, passo importante numa melhor perspectiva profissional de acesso ao mercado de trabalho.

**Operação
«Emprego
para deficientes»
da CML**

Entretanto, tendo a Direcção Central da ADFA apreciado o protocolo da «Operação para a promoção de emprego de pessoas com deficiência da cidade de Lisboa», assinado pela Câmara Municipal de Lisboa, em 4 de Julho passado, e pela Liga Portuguesa dos Defi-



cientes Motores e Instituto do Emprego e Formação Profissional de proceder a contactos com vista à ADFA aderir a este projecto, com definição das respectivas áreas de intervenção.

EDITORIAL



Arrancou oficialmente a campanha de angariação de fundos para a construção da nossa futura Sede, em data — 24 de Outubro de 1990 — escolhida pelo seu simbolismo em três vertentes diversificadas: cumpriam-se três anos (24OUT87) sobre a data histórica em que o Conselho Nacional da ADFA deliberava que as futuras instalações se deviam sediar em edifício construído de raiz; oito anos antes (24OUT82), na XVII Reunião da Assembleia Geral da Federação Mundial de Antigos Combatentes, realizada em Nice, a ADFA aderira àquela organização internacional, que neste mesmo dia, quarenta anos antes (24OUT50), em coincidência feliz, era fundada.

A sessão solene que marcou o início da campanha, foi presidida pelo Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Defesa Nacional, e nela marcaram presença a Casa Militar da Presidência da República, as mais altas chefias militares do nosso país, a Câmara Municipal de Lisboa, o Secretariado Nacional de Reabilitação e diversas entidades convidadas, para além de Delegações da ADFA e numerosos associados, num acto que teve lugar no Padrão dos Descobrimentos, a Belém, em sequência dos temas das descobertas e do mar patentes nas duas medalhas naquele momento dadas a conhecer; e se, a primeira, evoca a partida dos mareantes e militares portugueses na gesta da expansão marítima, através da qual Portugal abriu novos mundos para o Mundo «*Por mares nunca dantes navegados*», a segunda relembra o regresso dos militares ao cais da Mãe Pátria, enquadrando no seu espírito os deficientes, os mortos e todos os combatentes que de África regressavam «*em perigos e guerras esforçados*» englobando-se no simbolismo da partida das caravelas e do final da guerra colonial todo o «Ciclo do Império» que se esta encerrou como Império o não fez como Ciclo, já que se estabeleceram pontes de diálogo frutuoso, de cooperação recíproca e de respeito mútuo entre Portugal e todos os países africanos que conosco comungam a irmandade da fala.

A ADFA, também ela consciente destes novos caminhos no relacionamento externo de Portugal, cedo se voltou para a nossa vocação atlântica, encetando contactos que levaram à consumação da I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau que começou, dentro de um espaço de amizade e de busca de oportunidades e vantagens mútuas, a permitir a concretização de projectos de cooperação com aqueles países, realçando-se, no aspecto prático, a recente visita dum delegação da ADFA a Moçambique, a convite da respectiva Associação de Combatentes da Luta de Libertação Nacional, que além do êxito que produziu nos encontros havidos com as mais altas entidades do Estado moçambicano e daquela entidade nossa congénere levou à assinatura da «Declaração de Maputo», e a recente presença entre nós do Secretário-Geral da Associação de Antigos Combatentes de Angola, que manifestou desejo de que, e em data a estabelecer, a ADFA visite esse país irmão.

É sem dúvida esta a correcta forma de estar da ADFA, apoiada pelas suas Delegações e associados, conforme foi vivido este dia 24 de Outubro, em consonância com as deliberações do III Congresso Nacional, encetando cada vez mais acções divulgativas das actividades que empreende, no sentido de manter permanentemente informada a opinião pública e as instituições da sua vontade, disponibilidade e interesse de participar, completa e activamente, na positiva transformação da sociedade.

A Direcção Central

DELEGAÇÕES

PORTO

O CENTRO DE REABILITAÇÃO EM NOTÍCIA

J.S.

Delegação alemã visita o Centro

Uma delegação de professores universitários do Estado da Westfália do Norte (ex-RDA), chefiada pelo Directora de Educação do referido Estado, dr. Kurt Nehling, esteve de visita ao nosso país a fim de conhecer o modo como Portugal faz a educação dos jovens deficientes.

Aquando da sua estada no Porto deslocaram-se ao nosso Centro no sentido de se inteirarem do modo como se faz a sua integração profissional.

Após as boas-vindas apresentadas pelos membros da Direcção da Delegação, José Rodrigues Teixeira e Alberto Brum Costa, o Director do Centro prestou as informações solicitadas quer quanto ao modo como o sistema educativo português faz a integração educativa dos jovens deficientes quer sobre o problema da sua integração profissional.

Neste contexto foi-lhes ainda apresentado o projecto e funcionamento do Centro, ao que se seguiu uma visita às instalações.

As despedidas fizeram-se com evidente satisfação, tendo a delegação alemã formulado o convite para uma deslocação ao seu Estado.

Visita ao Banco Borges & Irmão

Teve lugar em meados de Julho uma visita de estudo do Curso de «escriturários» (todos deficientes em maior ou menor grau), ao Banco Borges & Irmão podendo-se «afirmar que esta visita excedeu as nossas expectativas, não só pela simpatia com que foram recebidos todos os deficientes mas também e especialmente pela perspectiva que passámos a formar após a sua conclusão».

Na realidade, quer numa passagem pelo passado, através do Museu da instituição onde se podem observar não só moedas, notas, cunhos ou mealheiros antigos, como também variadíssimos outros tipos de documentos como escrita à mão ou mensagens com ameaças das «brigadas vermelhas», para além de máquinas de outros tempos (entre elas uma de calcular, Millionnaire, ded 1895!), quer na constatação do presente mais avançado, vendo em utilização as mais modernas técnicas e a mais sofisticada aparelhagem, colhendo provas dos seus resultados («numa oferta da casa, cada visitante recebe um pequeno rectângulo, aparentando ser matéria plástica: trata-se da Bíblia Sagrada com 1245 páginas, microfilmada»), tudo isso «não só nos permitiu um conhecimento prático e pormenorizado acerca das reais vantagens do bom manuseamento dos documentos referentes às transacções de natureza bancária, como constatámos a fantástica evolução da tecnologia passando-se de máquinas rudimentares a outras já sofisticadas, as quais por sua vez e num, relativamente, brevíssimo período de tempo, serão substituídas por outras ainda mais actualizadas; marcas significativas da evolução tecnológica dos tempos modernos».

(Do Relatório)

Consulta de Psiquiatria

No âmbito dos recursos médicos do Centro, passou a funcionar recentemente uma consulta de Psiquiatria — gratuita — às 3.^{as}-feiras de tarde.

Os sócios interessados deverão marcar a sua consulta junto da secretária do departamento ortoprotésico, D. Helena Soeiro.

Programa de Readaptação ao Trabalho

Quatro meses após o início deste Programa, até então inexistente no Centro, é já possível apresentar, em jeito de balanço, alguns números e conclusões.

Assim, começaram por se inscrever 20 candidatos, tendo desistido 8 após a fase de avaliação/orientação: entrevista com Assistente Social, consultas médicas e de psicologia.

No final do segundo mês estavam já preenchidas quase todas as vagas e completadas as entrevistas de promoção do estágio e/ou emprego.

Presentemente, início de Outubro, podemos ter uma ideia da distribuição dos inscritos observando o quadro seguinte:

SEXO	IDADE	N.º ANOS DESEMP.		SÓCIOS DA ADF	NÃO SÓCIOS	COLOCADOS EM ESTAG.	AINDA NÃO COLOCADOS
		ATÉ 35	+ 35				
M	F			1 A 5	+ 5		
19	1	10	10	13	7	8	12
95%	5%	50%	50%	65%	35%	40%	60%
						13	7
						65%	35%

Uma análise sumária da situação actual permite-nos verificar que:

- predominam os inscritos do sexo masculino;
- é significativa a percentagem de desemprego de longa duração;
- este desemprego foi quase sempre provocado por deficiências adquiridas de origens várias (serviço militar, acidentes de trabalho ou de viação,...);
- as colocações em estágio resultaram, na maioria dos casos, de conhecimentos e contactos de iniciativa dos candidatos, a que foi dado adequado seguimento pelos serviços do Centro;
- a resposta dos empregadores tem sido muito positiva, mostrando grande disponibilidade;
- embora prematuro em termos de conclusão, é de esperar elevada taxa de conversão de estágios em empregos.

Informa-se que em Janeiro do próximo ano há novas admissões para o programa pelo que os sócios interessados deverão contactar os serviços do Centro.

Projectos de investigação candidatos aos apoios do Programa Horizon da Comunidade Europeia

A Comunidade Europeia está em vias de aprovar um programa comunitário para apoiar acções inovadoras de investigação no domínio da eficiência em áreas como as ajudas técnicas, formação profissional, emprego, e outras. Estes projectos deverão ter âmbito comunitário, logo desenvolvidos por vários países membros.

O nosso Centro apresentou, via Direcção de Serviços de Reabilitação do IEFP, dois projectos:

- um visando a criação de uma unidade de avaliação/orientação, a qual funcionará como unidade reconhecida oficialmente para os eficientes motores da Região Norte.
- um no domínio das ajudas técnicas, visando:
 - introduzir o encaixe CAD/CAM (produzido por computadores);
 - implementar um sistema de controle de qualidade das próteses e ortóteses;
 - desenvolver a área das ajudas técnicas profissionais.

COIMBRA

J. M.

Homenagem

Não sou a favor das manifestações de desagravo nem das homenagens pessoais. Umas e outras, são muitas vezes expressões de caciquismo.

Entendo que pessoas e instituições, quando as suas acções o justificarem, deverão merecer da parte da comunidade o devido apreço e apoio.

São frequentes as homenagens póstumas a pessoas, que em vida só sentiram dificuldades para ultrapassar barreiras erguidas e consolidadas por aqueles que, depois do desenlace fatal, se apressam a tecer elogios.

Este espaço não se trata de uma homenagem. É apenas uma forma de lembrar o nosso atleta

Luís Geraldês, cuja vida foi roubada aos 44 anos.

Não era deficiente. Foi durante muitos anos um bom amigo da ADF, contribuindo para o êxito desportivo da nossa secção de pesca. Vamos lembrá-lo para sempre. Homenagens? Não. Nem o Luís o queria. Quem o conheceu sabe bem que não. Como dizia o Luís:

«Cá comigo é assim! À frente das pessoas é que se fala!» «Pão, pão, queijo queijo!... Zêca.»

Descansa em paz, AMIGO.

ADFA — 7.^a melhor equipa do país

Dividido por 4 mãos, disputou-se no passado dia 7, no Rio Nabão, em Tomar, a última jornada do Nacional de Clubes.

Depois de uma prova brilhante da parte da manhã, que levou a nossa equipa a saltar do 6.º para

o 4.º lugar da geral, a escassa pontuação do 1.º classificado, a parte da tarde foi ingrata para os nossos pescadores que sentiram os efeitos da poluição do Rio Nabão e também do cansaço. Na classificação final a ADF conquistou o 7.º lugar, conseguindo os dois primeiros grandes objectivos da época: classificar-se nos cinco primeiros lugares, não foi conseguido, mas já se pensa na próxima época.

De salientar o grande espírito de grupo da secção, em que os atletas se empenham ao máximo para com dignidade defender as cores da ADF.

«Viver melhor em Coimbra»

O Presidente da Delegação, José M. Maia, foi oficialmente convidado a participar numa palestra inserida num projecto da Divisão de Acção Social da Câmara Municipal de Coimbra, «PROGRAMA VIVER MELHOR EM COIMBRA».

Este projecto surge na sequência de alguma mobilização existente em Coimbra no que concerne aos problemas do cidadão deficiente.

Os efeitos esperados da acção, e seu grande objectivo, é o de esperar

UISEU

J. G.

Os serviços na Delegação têm decorrido normalmente durante todo o ano, notando-se uma grande afluência dos sócios no acompanhamento da vida associativa. Pena é que não possam todos pagar as suas quotas — e aqui alertamos os que não as têm em dia para o fazerem o mais rápido possível, porque é através do seu pagamento que a Delegação vive e se mantém aberta.

Existem outros assuntos da vida associativa que interessam a todos os associados, pelo que pedimos, também, a todos quantos queiram contribuir com um donativo para a construção da nova Sede, em Lisboa, que o façam o mais breve possível aqui para a Delegação pois, como sabeis, aquela obra para o ano tem que estar pronta e o tempo não perdoa, passa depressa. Por isso, ajuda, colabora, numa obra que também é tua.

A Delegação de Viseu mais uma vez esteve presente com um Pavilhão, aberto durante 39 dias, na Feira de S. Mateus, tendo sido o mesmo percorrido por muitos associados dos Distritos de Viseu e Guarda, assim como também teve a visita de sócios pertencentes a outras De-

legações, tal como Évora, Faro, Porto e Lisboa. Também tivemos o grato prazer de ver entre nós dois elementos do Conselho Fiscal Central, Couto Ramos e Armando Alves, lamentando, no entanto, que a D. C. não se fizesse representar, já que para o efeito tinha sido convidada.

No nosso espaço, também recebemos a visita de diversas individualidades, tanto civis como militares, com as quais trocámos algumas impressões.

Esperamos para o ano voltar a estar presentes, com a ajuda e boa vontade do sr. presidente da Câmara Municipal, sr. dr. Fernando Ruas, a quem a ADF/Viseu agradece a maneira afável com que tem tratado a Associação.

É muito benéfico em todos os aspectos, quer em termos de informação ao público, em geral, quer aos associados, a troca de ideias e as informações prestadas durante a Feira. É muito proveitoso para a ADF no seu todo, e mais para a ADF a nível local!

Durante a Feira a assistência ao Pavilhão foi sempre prestada pelo presidente da Direcção da Delegação, João Manuel Santos Gonçalves.

É sempre bom engrandecer, levar cada vez mais longe, o nome da ADF. Esperamos ter contribuído para isso.

Projecto

«Aló Coimbra»

Conforme notícia inserida no último ELO, através do seu Departamento de Dinamização, Cultura e Desporto, a ADF/Coimbra tem em marcha um conjunto de acções que visam sensibilizar a sociedade para a problemática do deficiente militar.

Depois de um primeiro encontro com o Governador Civil do Distrito, ainda este mês haverá uma reunião com o coordenador da Zona Centro dos CTT. No próximo número do ELO contamos apresentar todo o projecto devidamente elaborado.

Relações internacionais e cooperação

Notícias da União de Antigos Combatentes...

Secretário-geral da Associação de Antigos Combatentes de Angola visita a ADFA

De passagem para Luanda, vindo de Paris onde foi tratar de questões relacionadas com a admissão na FMAC, esteve em Lisboa o Secretário-Geral da Associação de Antigos Combatentes de Angola, tenente-coronel Agostinho José Neto, que aproveitou a oportunidade para contactos com a ADFA.

rito da Federação Mundial de Antigos Combatentes e Vítimas de Guerra, no seio da qual, mal admitida a organização angolana, os laços de compreensão e amizade mais se reforçarão, se possível for.

Em resposta, o Secretário-Geral da AACA, afirmou que sustentadas situações divergentes que

vive no seu país, neste momento fortemente empenhado em encontrar soluções de Paz, com 50 mil deficientes físicos controlados, um milhão e 500 mil crianças sem escola, a terra abandonada, os hospitais inexistentes, destruídos ou abandonados, entre outros males, num quadro que leva a concluir que, calculadas já,

directamente quer no seio tanto da União como da FMAC, a breve prazo estará a produzir frutos e a desenvolver-se. No dia 22, 2.ª-feira, duas novas reuniões se efectuaram, sendo a da manhã apenas a nível de Direcção, para abordar questões de política geral e de relações internacionais, após o que o Secretário-Geral da AACA percorreu os diversos departamentos da Sede, informando-se sobre o seu trabalho e resultados.

Na parte da tarde o encontro foi alargado a responsáveis e técnicos das áreas de psicologia, social e formação profissional, com intervenções mais especializadas, tendo sido extremamente

-coronel Agostinho José Neto, acompanhado dos Presidentes e 1.º Secretário da Direcção Central, José Arruda e Patuleia Mendes, se deslocou à Secretaria de Estado da Defesa Nacional, para apresentação de cumprimentos ao dr. Eugénio Ramos.

Numa breve saudação, o Secretário-Geral da AACA, retomando o «destino comum» de Angola e de Portugal, acompanhados também de Moçambique e da Guiné-Bissau (para além dos outros PALOP), perspectivou a cooperação possível em termos de «novos caminhos» e de União, terminando por referir o interesse, (aliás já demonstrado pelo convite enviado, como ELO de Setembro

Secretário de Estado fez uma breve análise da actual conjuntura política internacional e das suas prováveis linhas de orientação para o decénio, reafirmando, nesse enquadramento, a vontade de Portugal em que rapidamente se concretizem a Paz e a democracia em Angola, no sentido de poder ter um enquadramento positivo em toda a evolução político-económico-social que se pretende para aquela região.

O dr. Eugénio Ramos aproveitou também este breve encontro para reafirmar a disponibilidade do nosso país em cooperar quer directamente, Estado a Estado, quer, em áreas mais sensíveis e especializadas, como as de ex-combatentes e de



Assim, no dia 19 passado, houve um primeiro encontro na Sede, onde estiveram representantes de vários órgãos sociais e responsáveis por serviços da Sede, tendo sido feita pelo Presidente da Direcção Central uma pormenorizada explanação sobre a realidade da ADFA, seu passado e presente, e desenvolvida a questão da cooperação à luz dos objectivos da I Conferência e da consequente União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, assim como dentro do espí-

não interessavam a qualquer um dos povos, superados os desencontros, foi reencontrada a identidade de ideais porque, «quer queiramos quer não, estamos destinados a ter caminhos comuns.

«Não há decreto quem possa destruir essa unidade, esses laços de cultura». E se prova fosse necessária, aí estava a comunhão dos combatentes de Portugal e de Angola, também os de Moçambique e da Guiné-Bissau.

Prosseguindo, o tenente-coronel Agostinho José Neto referiu a crise que se

também, as possibilidades/dificuldades de integração não só de deficientes como de soldados desmobilizados e de populações deslocadas, só com o auxílio e recurso a organizações não governamentais — ONG —, quer a nível internacional quer nacional, se poderá ultrapassar tão grave situação. A terminar esta reunião, que mais do que protocolar foi uma conversa franca e aberta, foi por todos reafirmado o desejo e a convicção de que, lançados os «novos caminhos», a cooperação entre as duas Associações, quer



frutuosa a troca de informações e experiências.

Seguiu-se depois uma visita à Tipografia-Escola, após o que o ten-

referiu), da deslocação de uma delegação portuguesa a Angola, o mais breve possível.

Falando em seguida, o

deficientes, através de organizações não governamentais com credibilidade, como é o caso, salientou, da ADFA.

NOVOS CAMINHOS — NOVOS CAMINHOS

Presidente do IKK visita a ADFA

Aproveitando a sua permanência entre nós para participar na 3.ª Assembleia Geral da União Europeia de Cegos, que decorreu em Lisboa, não quiz a Direcção Central deixar de convidar para visitar a sua Sede, o Presidente do IKK — Congresso Internacional dos Cegos de Guerra, dr. Sonntag (que é simultaneamente Presidente da respectiva organização alemã — BDK), acompanhado pelo Vice-Presidente.

Assim, no dia 10 do corrente mês, reunidos com a Direcção Central, Conselho Fiscal Central e responsáveis pelos diversos Serviços da Sede,

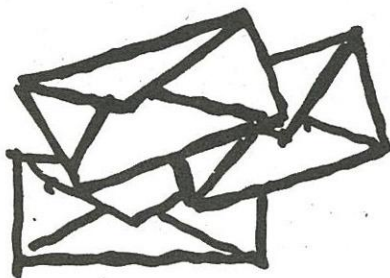
aqueles nossos amigos foram informados das actividades e objectivos da ADFA, pelo Presidente da DC, tendo seguidamente, na intervenção que proferiu, o dr. Sonntag realçado o papel da ONG (Organizações Não Governamentais) na defesa dos interesses dos cegos, salientando o valor das associações jovens, como a ADFA, no desempenho de tal papel, encerrando a sua alocução salientando a capacidade e disponibilidade da organização que dirige em apoiar, aos diversos níveis, os cegos de guerra africanos dos países que integram a União de Antigos Combatentes de

Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, acção essa que será levada a efeito em estreita colaboração com a ADFA.

Após mensagem e assinaturas no Livro de Honra, seguiu-se um beberete na sala da Biblioteca, ocasião aproveitada para troca de brindes e oferta de lembranças aos nossos convidados e esposas.

Recorde-se que a ADFA é membro do IKK, tendo estado presente a uma sua reunião, pela primeira vez, em Novembro de 1988, na Alemanha, por altura do 7.º Encontro Internacional de Cegos de Guerra, (ver ELO/MAR 89).





Correspondência

Este mês apenas a carta de um sócio sobre uma questão que nos tem merecido bastante atenção: o IRS e as suas consequências para os deficientes militares.

«Li na página 7 do ELO de Julho a notícia sobre a sensibilização feita ao sr. dr. Eugénio Ramos, onde se lê que são altamente tributados com o IRS os deficientes militares portadores de grandes deficiências e que o mesmo acaba por incidir unicamente sobre as pensões atribuídas a deficientes com alto grau de incapacidade.

Venho por este meio contestar a afirmação de que o referido imposto incide unicamente sobre os deficientes com alto grau, pois o signatário tem 35% de deficiência a que correspondem 12250\$ de pensão paga

pelo Estado e segundo informações prestadas pela própria Caixa Geral de Depósitos, o mesmo signatário vai pagar mensalmente 15050\$00 de IRS, sendo assim absorvida a pensão pelo imposto. Daí se conclui que o IRS vai afectar todos os DFA e não só os de alto grau, a não ser que a partir de 30% seja considerado alto grau de incapacidade, dado que o Dec. 43/76 não se refere a tais classificações.

**António Heitor
Josezinho**
sócio n.º 11230

Na altura do seu recebimento, e essa a razão do atraso da publicação da carta, foi pedida pela Redacção, e para uma resposta mais capaz não só a este sócio como também a outros que se achem na mesma situação, um pare-

cer técnico a alguém situado na área profissional dos impostos. Eis o mesmo:

«A carta deste leitor revela algum desconhecimento do sistema de tributação do IRS no que a pensões refere, mercê, inclusivamente, duma informação pouco correcta que lhe terá sido prestada, já que na realidade, e conforme ELO veio divulgando, só as pensões de montante mais elevado e, por tal, correspondentes a deficientes das Forças Armadas portadores de grandes deficiências, são abrangidos por aquele imposto.

As pensões incluídas na categoria H encontram-se afastadas de tributação até ao montante anual de 450 contos, valor em que se integra a recebida pelo autor da carta transcrita,

que por tal facto não só não é tributada em IRS pelo quantitativo que auferir, como o montante da mesma não acresce, para cálculo de imposto, a outros rendimentos que, presumivelmente, possui.

Em suma, os 15 050\$00 mensais que desconta reportam-se a rendimentos de trabalho ou outros e não à pensão, a qual, insiste-se, está totalmente afastada de tributação em IRS, contrariamente ao que se passa com os grandes deficientes cujas pensões, por si, já estão afectadas por aquele imposto, crescendo ainda o montante sujeito a tributação a outros rendimentos que detenham, para obtenção de rendimento global líquido, o que vem a onerar substancialmente a quantia de imposto a pagar.»

PONTO DE ENCONTRO

Ex-combatentes do Pico II Encontro-5 OUT

Esteve de novo na nossa Redacção o jornalista Luís Figueiredo, recém-chegado da sua viagem aos Açores onde se integrou no II Encontro de Antigos Combatentes da Ilha do Pico, festa de que é um dos organizadores e que este ano se revestiu de especial significado para a ADFA. É que tendo sido feito, durante a missa e por iniciativa de um dos celebrantes, um peditório inesperado com a pretensão que revertesse a favor de futuras acções do grupo, a respectiva Comissão entendeu que antes deveria ser entregue o seu produto à nossa Associação e à campanha para a nova Sede, num espírito de solidariedade que nos apraz registar.

Da amena conversa havida, no dia 11 passado, com o nosso Chefe de Redacção, ficaram, para além de um pequeno texto do próprio Luís Figueiredo, outros apontamentos e algumas fotografias de Encontro. Com a liberdade própria de colegas e o mútuo reconhecimento do que é a questão de espaço num jornal, vamos procurar dar uma ideia do que foi essa jornada de convívio, com base no texto (demasiado pequeno) e dos apontamentos (demasiado ex-

tenso). Quanto às fotografias. Infelizmente o flash não terá disparado e não estão capazes para impressão.

«Com a solenidade pretendida teve lugar, no passado dia 5 de Outubro, na Vila de São Roque da Ilha do Pico, o II Encontro dos Antigos Combatentes do Ultramar.

Iniciativa lançada em 1989 veio, nesta edição, confirmar a grandeza da amizade recolhida entre aqueles que (discutível ou não a causa e a forma), se entregaram a uma acção que foi comum aos portugueses.

Após a celebração da Eucaristia, efectuada pelo Padre Isidoro Alves, também ele soldado e missionário em Timor, coadjuvado pelos Padres José Idalmiro e Manuel Rosa, onde foi realçada a entrega individual e colectiva de uma juventude que ali estava numa demonstração de que o homem não pode viver isolado e que só através da confraternização se sente realizado, seguiu-se um beberete/convívio entre todos os antigos combatentes e seus familiares, onde foram feitas algumas intervenções referentes ao momento.»

E a primeira foi, exactamente, a de Luís Figueiredo que dizendo que o que para alguns será apenas «saudosismo» (em

sentido depreciativo), não é senão mais do que «saudades dos bons momentos, saudades da camaradagem, saudade dos companheiros que já partiram», referindo que por toda a parte se fazem estes encontros de «... homens que recordam momentos e amizades que ficaram, que continuam porque vividos», e recordando que «fomos, ainda somos, cerca de um milhão e quatrocentos mil», lembrou depois «Tem Portugal alguns milhares de mutilados, mas tem, também, centenas de milhares de potenciais portadores do «stress da guerra». E é contra esse vírus que se luta. Está provado, clinicamente, que esta forma de terapêutica (o encontro entre ex-camaradas de armas), é um dos melhores remédios.

A primeira Conferência de antigos combatentes de expressão oficial portuguesa, realizada de 19 a 24 de Maio passado, em Lisboa, foi a prova dessa procura. Foi, também, o reconhecimento oficial, por parte dos governantes, de que existimos. Mas é, ainda, o afirmar de uma coisa que não queremos volte a acontecer.»

Depois de dizer que «loucos continuam a gozar em alguns locais, indiferentes à vida humana», foi esta intervenção terminada com uns

«Meus amigos, vamos conviver, vamos lutar contra o stress, pela amizade, pelo bem maior que é a Vida!»

Reunindo mais de uma centena de participantes, entre eles cerca de sessenta ex-combatentes, de toda a ilha, naturais ou apenas residentes, viveu-se um dia de extraordinária camaradagem e emoção, sendo pontos altos as orações do prof. António Machado sobre stress, do «cabo-de-mar» Carlos Silva que falou do significado do emblema de combatente e a encerrar, novamente, Luís Figueiredo que mencionando e/ou declamando alguns poemas e trovadores, de Manuel Alegre e Zeca Afonso e Adriano Correia de Oliveira, em paralelismo de lembrança de África/ isolamento de ilhéus, terminaria em «símbolo, marca de uma dor sentida e que dedico a todas as Mães, a todas as esposas, aos nossos filhos...»

«Não me exijas glórias
Que ainda transpiro
Os ais
dos feridos das batalhas»

(Agostinho Neto)

Para 1991 o III Encontro está já marcado para as Lajes, prevendo-se um programa bastante mais vasto, em resultado da crescente participação e do cada vez maior interesse por esta jornada.

NOTE BEM: LEIA ATÉ AO FIM É DEFICIENTE FÍSICO? QUER TRANSFORMAR A SUA VIATURA? (QUALQUER MODELO)

COM APROVAÇÃO GARANTIDA PELA
DIRECÇÃO-GERAL DE VIAÇÃO

— TECNOLOGIA RECONHECIDA PELA CEE —

Sabia que CLAY REGAZONNI, ex-piloto Fórmula 1 que ficou parapléptico num acidente no Grande Prémio — nos Estados Unidos — América — conduz em viaturas por nós transformadas?!

TELEFONE (02) 989 29 45 — RIO TINTO — PORTO
CONTACTE «O GRANDE PRÉMIO»

É DEFICIENTE FÍSICO E QUER TIRAR CARTA DE CONDUÇÃO?

CONSULTE



ESCOLA DE CONDUÇÃO
«O GRANDE PRÉMIO»

SERAFIM DE SOUSA E SILVA

A ÚNICA DO GÉNERO EM PORTUGAL E NA EUROPA
Rua das Perlinhas, 451-467 (junto estação dos caminhos-de-ferro)
Apartado 44 — 4436 RIO TINTO — PORTO — Tel. (02) 989 94 02

A DISTÂNCIA NÃO É BARREIRA

- Não se pame com estas afirmações!
- Obtenha a sua carta de condução entre 5 e 10 dias.
- Se necessitar estadia, garantimos alojamento.
- Venha saber porque é que a nossa Empresa já mereceu os mais rasgados elogios da RTP, entidades do Governo e outros órgãos da Comunicação Social, por várias vezes.
- Após obtenção da sua carta de condução nesta escola, cada aluno tem ao seu dispor mais de uma centena de contos, totalmente oferecidos pelo Governo, podendo receber directamente nesta Empresa.

E ESTA, HENI! SÓ NESTA EMPRESA

Inscreeva-se já. Oportunidade ímpar e limitada.
Mais vale prevenir e encartar-se conosco. Só não tira a carta quem não tem cabeça.

RECORTE E GUARDE ESTA NOTÍCIA
PARA SI OU PARA PESSOA AMIGA

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

Serviço da gama «Renault»

Atendimento aos sócios
e a todos os deficientes em geral

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.
Porto: Primeiro sábado de cada mês.
DELEG. ADFA
Restantes Delegações: de acordo com os pedidos,
ou em casa do interessado.

Delegado de vendas: António Bernardes

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

EM VIGOR A PARTIR DE 09.06.90

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 5 p	988 574\$00	1 360 048\$00
Renault Clio RN 1.2 5 p	1 091 603\$00	1 511 550\$00
Renault Clio RT 1.2 5 p	1 213 081\$00	1 653 679\$00
Renault Clio RT 1.4 5 p	1 269 275\$00	1 878 640\$00
Renault Chamade TR	1 358 115\$00	1 861 652\$00
Renault Chamade GTS	1 458 990\$00	2 106 457\$00
Renault Chamade TSE	1 635 392\$00	2 312 847\$00
Renault 19 TR 3 p	1 245 524\$00	1 729 920\$00
Renault 19 TR 5 p	1 344 801\$00	1 846 074\$00
Renault 19 GTS 3 p	1 309 196\$00	1 931 198\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 407 422\$00	2 046 122\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 603 324\$00	2 275 327\$00
Renault 21 GTL Bicorpo	1 748 078\$00	2 454 670\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 748 078\$00	2 454 670\$00
Renault Express GTC 5 lug.	1 355 489\$00	1 789 339\$00
Renault Express Combi 5 lug.	1 257 610\$00	1 674 820\$00

Transferência+Transportes=
Renault Clio — 12.500\$00; Renault 19 — 17.500\$00; Renault 21 —
20.885\$00; Renault 19 «CHAMADE» — 20.885\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. As cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES:
Estimado sócio, se está comprador de uma viatura RENAULT, pode pedir informações na sede pelo tel.: 3462167/8/9 das 16 h às 18 h ou depois das 20 h tel: 4431951, o delegado de vendas Sr. Bernardes.

«A situação de emergência em Moçambique atinge actualmente dimensões de verdadeira calamidade — guerra, devastações, calamidades sucessivas, seca, fome, doenças, um dos mais baixos rendimentos per capita e uma das mais altas taxas de mortalidade infantil.

A destruição de centros de saúde, escolas, colheitas, estradas... contribuiu para os elevadíssimos índices de malnutrição crónica das crianças e das mães.

Cerca de 1,6 milhões de pessoas foram obrigadas a abandonar as suas casas, procurando lugares mais seguros noutras zonas do país. O número de pessoas afectadas pela escassez de alimentos, devido à seca e destruição da rede de transportes aumentou 2,87 milhões. Um total de cinco milhões e meio de pessoas... cerca de 1/3 da população... necessita de assistência.

Para além de todas estas tragédias, o número de crianças que perderam os pais aumentou a ritmo assustador. Os cálculos apontam para 250 000 a 500 000 crianças órfãs, abandonadas e traumatizadas em Moçambique.

Não é ainda possível avaliar devidamente os efeitos dos ataques brutais e da violência sobre as crianças...» (Comité Português para a UNICEF)

Reunindo os vários factores de causa
DE DOIS EM DOIS MINUTOS
MORRE UMA CRIANÇA EM MOÇAMBIQUE!

Infelizmente, como recordou Fernando Dacosta, Moçambique não conseguiu cair em «moda». Por razões várias, apesar dos primeiros apelos e chamadas de atenção ao Mundo já terem alguns anos, a ajuda internacional — incluindo os grandes concertos e espectáculos musicais —, foi canalizada para países e regiões que embora em situação difícil não apresentavam um panorama de catástrofe tão grave como Moçambique.

Como todos os calamitosos defeitos de uma economia pós-colonial, sem quadros médios e superiores — que o antigo sistema «pluricontinental e plurirracial» não perita fossem criados —, com as dificuldades próprias de uma independência recente, para além de toda uma série de desastres naturais como cheias, ciclones e seca (que assolou o centro e sul desde 1981), tudo agravado por uma situação interna de desestabilização/guerra que torna improdutivo uma grande parte da terra e da população, com um índice de destruição material impressionante (entre 1982 e 1987 foram destruídas 822 unidades de saúde, em 1988 desapareceram 2600 escolas primárias, 22 secundárias e 20 centros de formação...) e um panorama (des)humano arrepiante, Moçambique não pode, só por si, resolver todos estes problemas que o ultrapassam em causa e efeito.

No meio de tão trágico quadro, a que o Mundo parecia ter voltado costas (à parte algumas organizações internacionais e não governamentais que actuavam isoladamente), as crianças, porque à sua desgraça ainda (?) parecemos ser sensíveis, poderão ter sido a mola de mudança, do alerta. Filmes como «*Afinal Satanás é uma criança?*», das austríacas Margareta Heinrich e Margit Niederhaber, apresentado já ao público (nomeadamente no último Festival da Figueira da Foz) ou reportagens como «*Tenho 12 anos e sou soldado*», do francês Gilles de Maistre, visto na televisão em todo o Mundo (RTP 2-«*Sinais do Tempo*»-11OUT90), mostrando rostos de dor e sofrimento, narrando violência e crueldades que ultrapassam os normais limites da compreensão, despertaram consciências adormecidas, criaram solidariedade.

E assim, o novo apelo feito pelo Presidente Chissano foi secundado pelo Secretário Geral Perez de Cuellar, tendo sido estabelecido pela ONU um plano de emergência de dois anos — 1990/1991 —, no valor de 19 milhões de contos, competindo à UNICEF reunir um milhão e setecentos mil.

Nesse intuito foi decidido pelo respectivo Comité Português lançar uma campanha no sentido de, com a maior urgência, angariar todo o auxílio possível (atenção: só dinheiro), pelo que no dia 16 de Outubro, p.p. se realizou em Lisboa uma conferência de Imprensa a que a ADFA esteve presente nas pessoas do Presidente da Direcção Central e do Chefe de Redacção do ELO. Aí, e após uma primeira intervenção feita pelo Presidente do Comité, dr.ª Maria Violante Vieira, vários testemunhos foram apresentados por personalidades várias, conhecedoras da realidade moçambicana (Jardim Gonçalves — OIKOS, Fernando Dacosta — PÚBLICO, Fátima Proença — CIDAC e João Palmeiro), demonstrando, em paralelo, todo o horror vivido por um povo e sua enorme vontade de se pôr de pé e se desenvolver, mas para o que não basta já, infelizmente, o seu próprio esforço.

Seguidamente a Presidente de Honra do Comité, dr.ª Maria Barroso, após breves considerações pessoais (assinalando a coincidência (promissora?) de nessa data se assinalar o aniversário da FAO e o «Dia Mundial da Alimentação», referindo o primeiro grande documento publicado em Portugal sobre a situação em

EMERGÊNCIA MOÇAMBIQUE

Outubro 1990

unicef

Moçambique — Público Magazine/22JUL90 —, afirmando «*não ao pão que é apenas esmola*» e recordando uma «*guerra que foi escola não de livros mas de armas*»), apresentou o «*apelo de emergência*» do Comité Português, em resposta a esse outro da ONU:

«*Este apelo difere significativamente dos anteriores. Está centrado na necessidade urgente de salvar vidas humanas... O Comité português, por razões ainda mais fortes, decidiu enfrentar o apelo das Nações Unidas e da UNICEF... A solidariedade sentida para com um povo tão próximo de nós... Pretendemos, pois, apelar a todos... Queremos, precisamos... SEJAM GENEROSOS. AS CRIANÇAS AGRADECER-VOS-ÃO. DE FACTO, «CADA VEZ HÁ MENOS TEMPO».*

Do dossier da conferência faziam parte ainda outros documentos, entre eles uma carta de Harry Belafonte, Embaixador de Boa-vontade da UNICEF, dos quais daremos conta no próximo artigo.

De qualquer maneira tome já nota: Qualquer contributo (só dinheiro, recorde-se) pode ser entregue/depositado nas contas «*Comité Português UNICEF — Emergência Moçambicana* — N.º 0127/028241/230 — Caixa Geral de Depósitos;

— n.º 8283899 — Banco Comercial Português; ou enviado para a Sede do Comité — Av. António Augusto de Aguiar, 56-3.º Esq.º 1000 LISBOA, ou para as Delegações Regionais de Angra do Heroísmo, Coimbra, Faro, Leiria, Porto e Viana do Castelo.

Entretanto, se tem em casa roupa que já não usa, algum rádio mais velhinho, aquele brinquedo que os seus filhos puseram de parte e outras coisas mais, dê-lhes uma volta, uma lavagem, um arranjo, pois a ADFA poderá dizer-lhe, em breve, o que lhes fazer. No entanto, e isto é difícil, mas necessário, dizer, não dê aquilo que teria vergonha de receber. É que solidariedade não é, propriamente, caixote de lixo...

Esteja atento ao ELO!



Portugal não pode já, alegar desconhecimento

Conforme se refere na notícia do lançamento da campanha «EMERGÊNCIA MOÇAMBIQUE — CADA VEZ HÁ MENOS TEMPO», Fernando Dacosta apresentou o seu testemunho pessoal do que viveu recentemente em Moçambique. Pela importância do conteúdo, foi-lhe solicitado pelo ELO autorização para a sua integral transcrição, ao que imediata e amavelmente acedeu.

«*Circunstâncias raras permitiram que eu e Luís de Vasconcelos, repórter fotográfico, chegássemos, em Julho passado, ao interior norte de Moçambique — o maior campo de deslocados do Globo.*

Há anos que nenhum jornalista português ali se deslocava e de outras nacionalidades, mesmo moçambicana, bem poucos o haviam feito. Refiro isso para sublinhar o desconhecimento que se tinha em Portugal sobre o que ali se passava; e para destacar a estupefacção pelo horror, pelo desmesurado do que se me revelou. A nossa má consciência, ou boa, depende do que cada um tem sobre o assunto, reagiu positivamente ao relato que escrevi no Público Magazine de 22 de Julho e, sobretudo, às fotografias notáveis de Luís Vasconcelos.

Mal cheguei ao Maputo soube, por exemplo, que Moçambique havia sido, meses antes, considerado o país de maior sofrimento no Mundo pelo Population Crisis Committee (Angola em 2.º lugar), coisa que desconhecíamos em Portugal. Esse índice era obtido pela soma dos sofrimentos provocados pela fome, pela guerra, pelas mutilações, pelas doenças, pelos encarceramentos, etc.. Moçambique é, recorde-se, o país mais pobre da actualidade.

UM POUCO POR TODO O LADO FUI TESTEMUNHANDO ESSAS FACES DE HORROR, SOBRETUDO NAS CRIANÇAS, CRIANÇAS QUE ME PEDIAM «PATRÃO DÁ-ME PÃO», CRIANÇAS QUE VI MORRER

DE FOME, CRIANÇAS QUE VIRAM TORTURAR, ESCRAVIZAR, VIOLAR, MATAR, PAIS, IRMÃOS, COMPANHEIROS, CRIANÇAS, OUTRAS, QUE VI FEITAS MAQUINAZINHAS DE VIOLENCIA E PERVERSAO.

Consequimos, o Luís Vasconcelos e eu, chegar a esses sítios porque éramos portugueses e porque as pessoas a trabalhar nesses sítios, nas estruturas de socorro, queriam quebrar o alheamento de Portugal, queriam mostrar-nos a sua realidade para que nós vo-la mostrássemos.

A visão do que então observámos, moribundos a emergir das florestas, fantasmas flutuando em silêncio, disformes, vestidos de casca de árvore e de chagas, só é comparável à que o Mundo teve quando, terminada a guerra, se abriram os campos de extermínio.

800 mil pessoas, em breve mais de um milhão, estão neste momento em fase terminal. O desespero dos que trabalham nas organizações de emergência — compartilhámo-lo em Quelimane — é incontido. Ninguém sabe o que fazer.

Secundarizado pelos planos mundiais de ajuda, Moçambique não fez moda. Até Angola, onde a situação não é tão grave, o ultrapassou já nos referidos planos de ajuda.

O que está a passar-se em Moçambique não diz respeito só a Moçambique, diz respeito a toda a Humanidade porque é toda a Humanidade que, nele, se encontra ofendido. Portugal não pode já alegar desconhecimento.»

Fernando Dacosta

União de Antigos Combatentes de Portugal

Na visita da ADFA a Moçambique...

«Diálogo entre homens com um passado histórico comum... procurará contribuir para a Paz no Mundo»

Momentos bem altos e de grande significado foram vividos por todos os participantes na visita de trabalho que uma delegação da ADFA fez a Moçambique, de 21 SET A 1 OUT, a convite da sua congénere moçambicana, Associação de Combatentes da Luta de Libertação Nacional-ACLLN, consequência já das vastas perspectivas de cooperação abertas por ocasião da I Conferência, dando então origem à criação da União de Antigos Combatentes de Portugal, An-

Central, José Arruda e os sócios drs. António Carreiro (Consultor Jurídico) e Jerónimo de Sousa (Director do Centro de Reabilitação do Porto), para além do dr. Adérito Pinto, como representante da Secretaria de Estado DN (e também nosso associado) — na noite de 6.ª-feira, 21, foi a mesma recebida no aeroporto do Maputo, junto à escada do avião, pelo Secretário-Geral da ACLLN, major-general, na reserva, Bonifácio Gruveta Masamba e pelo Adido Mili-

nias complementares, em que se incorporaram elementos das duas associações, bem como o tenente-coronel Brás da Costa, dignificaram ao mais transcendente significado a cooperação e a união entre os dois povos, personificados aqui pelos representantes dos seus filhos mais queridos, os ex-combatentes; a homenagem e deposição de flores junto ao monumento da Praça dos Heróis de Moçambique e no talhão dos soldados portugueses no cemitério de Lhangu-

cuidades e as enormes necessidades que se fazem sentir em áreas especializadas, nomeadamente de pessoal e de material, mau grado todo o excelente trabalho e a inultrapassável boa vontade de todos.

Esta jornada de trabalho prosseguiria com uma reunião com a Secretaria-Geral da ADEMO, Farida Gulamo, e outros responsáveis, na sua Sede provisória, terminando com um encontro com o dr. Raúl Honwana, Presidente daquela instituição (e que esteve já na ADFA, em 10OUT89, na altura ainda só indigitado dado que a ADEMO apenas em 10NOV seguinte seria oficializada — ELO/NOV89).

Nestes dois contactos foram trocadas informações quer sobre as actividades de cada um dos organismos quer sobre os problemas existentes e que poderão ser mais facilmente ultrapassados se se avançar, sem demoras escusadas, para um desejado intercâmbio de experiências.

25 SET

25 de Setembro é um dia muito especial para Moçambique já que ele é o seu «Dia das Forças Populares de Libertação», o que dá particular relevo ao interesse que as autoridades puzeram em que a visita da ADFA se realizasse nesta precisa altura.

Durando quase todo o dia, as cerimónias iniciaram-se pela manhã, na



Audiência com o Primeiro-Ministro

gola, Moçambique e Guiné-Bissau. De salientar que integrava a comitiva, por sugestão da própria ADFA, um representante da Secretaria de Estado da Defesa Nacional, entidade que deu imediata e plena cobertura a esta deslocação.

Deixando para «crónica» posterior, da autoria de um dos elementos da delegação, uma análise mais profunda da visita, nas suas várias vertentes, ELO procurará hoje, muito com base em imagens, apresentar uma visão da, podemos dizer, alegria que foi esta romagem à memória, à saudade, à camaradagem e à solidariedade que culminou, em afirmação prática, na assinatura da «Declaração de Maputo», por parte dos representantes das duas Associações, documento que se transcreve na íntegra. Sem mais perda de tempo (e espaço), passemos aos factos.

Ainda antes, no entanto, uma quase desnecessária chamada de atenção aos leitores; da importância atribuída a esta visita pelas autoridades moçambicanas falará a própria narrativa.

22 SET

Partida da delegação portuguesa — integrando o Presidente da Direcção

tar português, tenente-coronel Brás da Costa, seguindo imediatamente para a sala VIP da aerogare, onde se encontravam muitos outros elementos da associação moçambicana de combatentes, assim como uma representação da ADEMO (Associação de Deficientes de Moçambique). Após cumprimentos e troca de saudações, houve um curto período de declarações à Comunicação Social, tendo depois o general Bonifácio Gruveta conduzido os seus hóspedes à residência que lhes fora destinada (Casa de Hóspedes do Banco de Moçambique) e que habitualmente serve de alojamento a visitantes ilustres.

Neste primeiro dia (Sábado), que não se quiz sobrecarregar, a nossa delegação apresentou cumprimentos ao Encarregado de Negócios de Portugal (na ausência do Embaixador) e foi convidada para um jantar de boas vindas oferecido pelo Secretário-Geral da ACLLN, em que estiveram outras altas entidades, assim como o Adido português (cuja presença, aliás, foi constante em todos os actos oficiais).

23 SET

No Domingo da parte da manhã duas cerimónias

ne. Seguiu-se depois uma visita ao Museu da Revolução o qual, embora dê mais destacado realce ao período que vem desde os anos 60, interliga toda a História recente com os mais significativos episódios e factos da era colonial, muito marcada, por exemplo, com a revolta de Gungunhana. No final, a mensagem e a assinatura no Livro de Honra.

24 SET

Na 2.ª-feira o dia iniciou-se com uma audiência concedida pelo Ministro da Defesa, Joaquim Chipande, à qual compareceu toda a comitiva portuguesa acompanhada pelo Secretário-Geral da ACLLN, tendo sido trocadas opiniões e informações sobre os diversos campos problemáticos que aos antigos combatentes, com maior destaque para os deficientes, dizem respeito, muito em especial o jurídico e o de reabilitação, sendo reafirmada a decisão de se avançar nestes «novos caminhos» da cooperação, quer por parte das Associações quer por parte dos Governos.

Deste encontro partiu-se para uma visita ao Hospital do Maputo onde foi possível observar e constatar as grandes difi-

DECLARAÇÃO

A I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, realizada em Lisboa em Maio de 1990, marcou o início de um processo histórico promovendo a aproximação e o diálogo entre homens com um passado histórico comum.

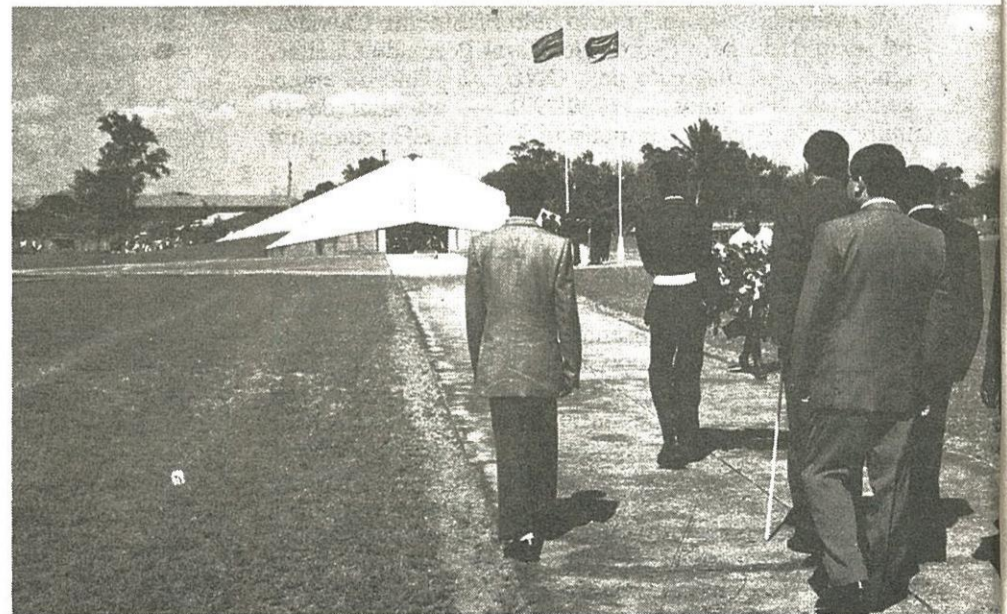
Esse evento iniciou um relacionamento solidário no decurso do qual se desenvolverão os laços de amizade e cooperação e se procurará contribuir para a Paz no Mundo.

A visita de uma delegação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal à República de Moçambique, a convite da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, de 22 de Setembro a 1 de Outubro de 1990, constituiu um passo significativo no desenvolvimento e reforço da amizade e solidariedade entre as duas Associações e os dois povos.

Constituiu ponto alto da visita, a homenagem prestada pelas duas Associações aos combatentes moçambicanos e portugueses mortos durante a guerra colonial.

No âmbito do Acordo de Cooperação entre a Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal e a ACLLN, assinado em 1 de Junho de 1990, em Lisboa, decorreram conversações que proporcionaram uma frutuosa troca de experiência e permitiram concluir:

- 1 — Promover a permanente troca de informação, nomeadamente através do envio regular das publicações das duas organizações.
- 2 — A ADFA compromete-se a criar as necessárias condições para a realização em Portugal das seguintes acções de Formação:
 - gestão associativa — dois quadros da ACLLN;
 - técnicos ortopédicos — dois técnicos;
 - maquetização — um membro da revista «O Combatente»;
 - reabilitação funcional e profissional — um lugar permanente para combatentes moçambicanos com deficiência profunda.
- 3 — As visitas efectuadas a hospitais, centros ortopédicos e centros de diminuídos físicos em Nangade, favoreceram o conhecimento das realidades e necessidades e permitiram a perspectivação de possíveis desenvolvimentos na área de reabilitação dos combatentes deficientes.
- 4 — No plano de cooperação económica a ADFA procurará interessar empresários portugueses a investir em Moçambique nos domínios de agro-pecuária, hote-



Monumento aos Heróis moçambicanos

NOVOS O

Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique...

ue...

curará contribuir

culdades e as enormes necessidades que se fazem sentir em áreas especializadas, nomeadamente de pessoal e de material, mau grado todo o excelente trabalho e a inultrapassável boa vontade de todos.

Esta jornada de trabalho prosseguiria com uma reunião com a Secretaria-Geral da ADEMO, Farida Gulamo, e outros responsáveis, na sua Sede provisória, terminando com um encontro com o dr. Raúl Honwana, Presidente daquela instituição (e que esteve já na ADFA, em 10OUT89, na altura ainda só indigitado dado que a ADEMO apenas em 10NOV seguinte seria oficializada — ELO/NOV89).

Nestes dois contactos foram trocadas informações quer sobre as actividades de cada um dos organismos quer sobre os problemas existentes e que poderão ser mais facilmente ultrapassados se se avançar, sem demoras escusadas, para um desejado intercâmbio de experiências.

25 SET

25 de Setembro é um dia muito especial para Moçambique já que ele é o seu «Dia das Forças Populares de Libertação», o que dá particular relevo ao interesse que as autoridades puzeram em que a visita da ADFA se realizasse nesta precisa altura.

Durando quase todo o dia, as cerimónias iniciaram-se-iam pela manhã, na

DECLARAÇÃO DE MAPUTO

A I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, realizada em Lisboa em Maio de 1990, marcou o início de um processo histórico promovendo a aproximação e o diálogo entre homens com um passado histórico comum.

Esse evento iniciou um relacionamento solidário no decurso do qual se desenvolverão os laços de amizade e cooperação e se procurará contribuir para a Paz no Mundo.

A visita de uma delegação da Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal à República de Moçambique, a convite da Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional, de 22 de Setembro a 1 de Outubro de 1990, constituiu um passo significativo no desenvolvimento e reforço da amizade e solidariedade entre as duas Associações e os dois povos.

Constituiu ponto alto da visita, a homenagem prestada pelas duas Associações aos combatentes moçambicanos e portugueses mortos durante a guerra colonial.

No âmbito do Acordo de Cooperação entre a Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal e a ACLLN, assinado em 1 de Junho de 1990, em Lisboa, decorreram conversações que proporcionaram uma frutuosa troca de experiência e permitiram concluir:

- 1 — Promover a permanente troca de informação, nomeadamente através do envio regular das publicações das duas organizações.
- 2 — A ADFA compromete-se a criar as necessárias condições para a realização em Portugal das seguintes acções de Formação:
 - gestão associativa — dois quadros da ACLLN;
 - técnicos ortopédicos — dois técnicos;
 - maquetização — um membro da revista «O Combatente»;
 - reabilitação funcional e profissional — um lugar permanente para combatentes moçambicanos com deficiência profunda.
- 3 — As visitas efectuadas a hospitais, centros ortopédicos e centros de diminuídos físicos em Nangade, favoreceram o conhecimento das realidades e necessidades e permitiram a perspectivação de possíveis desenvolvimentos na área de reabilitação dos combatentes deficientes.
- 4 — No plano de cooperação económica a ADFA procurará interessar empresários portugueses a investir em Moçambique nos domínios de agro-pecuária, hote-

laria, pescas, madeiras, têxteis e transportes, através de formação de empresas mistas com empresários moçambicanos.

- 5 — Foi acordado a troca permanente de delegações, tendo neste âmbito sido formulado pela ADFA um convite à ACLLN para uma visita a Portugal em 1991, que foi aceite.

As duas delegações passaram ainda em revista dois temas de particular importância:

- a) a institucionalização da União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau;
- b) adesão da ACLLN à Federação Mundial de Antigos Combatentes.

No âmbito da visita tiveram lugar contactos oficiais com Suas Excelências o Senhor Presidente da República, o Senhor Primeiro-Ministro e o Senhor Ministro da Defesa Nacional da República de Moçambique, bem assim a participação nas sessões solenes comemorativas do 26.º aniversário da Luta de Libertação Nacional, no decorrer das quais foi patente o interesse e apoio dispensados à problemática em apreço.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal manifesta o seu reconhecimento pela deferência dispensada pelas entidades oficiais e pelo acolhimento caloroso e fraterno dispensado pela ACLLN.

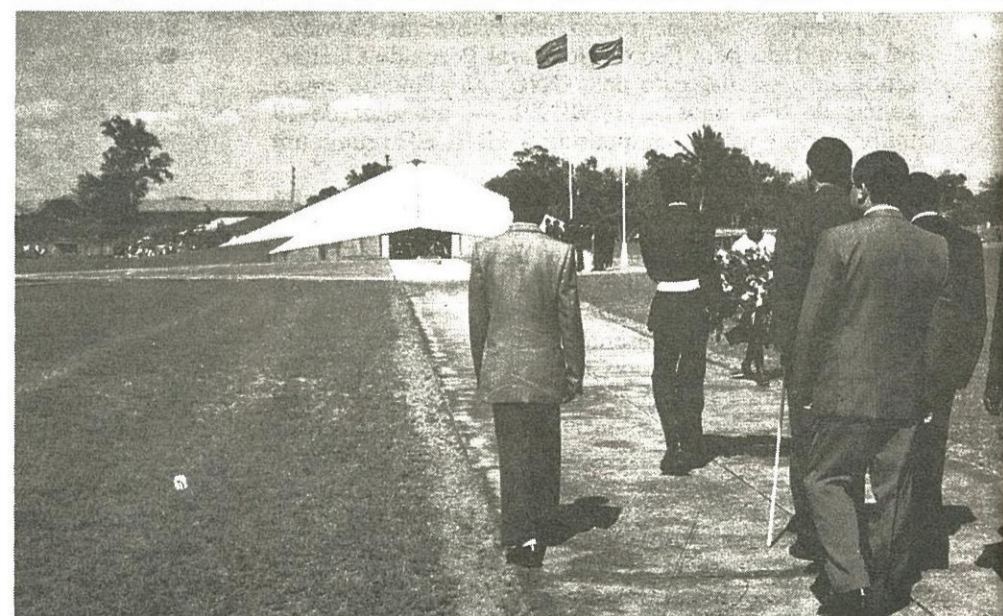
A Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional de Moçambique congratula-se pelo apoio e empenhamento do Governo português, através do Ministério da Defesa Nacional, para realização desta visita bem como para o desenvolvimento da cooperação no âmbito da União de Antigos Combatentes.

As duas organizações manifestam-se solidárias com os esforços de Paz e entendimento entre os povos, condenando o uso da violência como meio de resolução dos conflitos, reafirmando como única via da Paz o diálogo entre os Homens e as Nações.

Maputo, 1 de Outubro de 1990.

Pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal
O PRESIDENTE
José Eduardo Gaspar Arruda

Pela Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional
O SECRETÁRIO-GERAL DA ACLLN
Bonifácio Massamba
Major General na reserva



Monumento aos Heróis moçambicanos



Homenagem aos combatentes portugueses

NOVOS CAMINHOS

al, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau

DE MAPUTO

laria, pescas, madeiras, têxteis e transportes, através de formação de empresas mistas com empresários moçambicanos.

5 — Foi acordado a troca permanente de delegações, tendo neste âmbito sido formulado pela ADFa um convite à ACLLN para uma visita a Portugal em 1991, que foi aceite.

As duas delegações passaram ainda em revista dois temas de particular importância:

- a) a institucionalização da União dos Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau;
- b) adesão da ACLLN à Federação Mundial de Antigos Combatentes.

No âmbito da visita tiveram lugar contactos oficiais com Suas Excelências o Senhor Presidente da República, o Senhor Primeiro-Ministro e o Senhor Ministro da Defesa Nacional da República de Moçambique, bem assim a participação nas sessões solenes comemorativas do 26.º aniversário da Luta de Libertação Nacional, no decorrer das quais foi patente o interesse e apoio dispensados à problemática em apreço.

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal manifesta o seu reconhecimento pela deferência dispensada pelas entidades oficiais e pelo acolhimento caloroso e fraterno dispensado pela ACLLN.

A Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional de Moçambique congratula-se pelo apoio e empenhamento do Governo português, através do Ministério da Defesa Nacional, para realização desta visita bem como para o desenvolvimento da cooperação no âmbito da União de Antigos Combatentes.

As duas organizações manifestam-se solidários com os esforços de Paz e entendimento entre os povos, condenando o uso da violência como meio de resolução dos conflitos, reafirmando como única via da Paz o diálogo entre os Homens e as Nações.

Maputo, 1 de Outubro de 1990.

Pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas de Portugal

O PRESIDENTE

José Eduardo Gaspar Arruda

Pela Associação dos Combatentes da Luta de Libertação Nacional

O SECRETÁRIO-GERAL DA ACLLN

Bonifácio Massamba

Major General na reserva



Homenagem aos combatentes portugueses

Praça dos Heróis de Moçambique, sob a presidência do Chefe de Estado, Joaquim Chissano, com deposição de flores e homenagem aos combatentes falecidos.

Seguiu-se um almoço oficial oferecido pelo Ministro da Defesa, ao qual também esteve presente Joaquim Chissano, o qual, aliás, no seu discurso faria uma referência especial à ADFa e ao povo português, realçando, mais uma vez, que as divergências e as lutas havidas o foram a nível de Poder que não dos povos, tendo a acção dos vários movimentos de libertação, nas várias frentes, contribuído decisivamente para a própria mudança em Portugal.

Mas este almoço, em que participaram grande número de antigos combatentes, transformou-se, como é hábito, em festa de camaradagem liderada pelo espírito e maneira de ser do Presidente Chissano que, a dado momento e espontaneamente, reuniu um notável coro que, para além de cantos revolucionários trazidos dos tempos da mata e dos combates, entoou ainda algumas canções tradicionais portuguesas. E quem não adivinha já, sabendo-se que depois houve baile, que José Arruda também dançou, por insistência (e arranjo de par) do próprio Presidente?

De realçar, mais uma vez, a atenção dada à delegação portuguesa quer no convite para a cerimónia da manhã, e colocada na zona do Corpo Diplomático, junto à tribuna presidencial, quer no convite para o almoço.

26 SET

4.ª-feira, foi um dia bem cheio e positivo. Na

realidade, após uma visita à Sede da ACLLN (em fase de instalação na Avenida de Angola), seguiu-se a primeira ronda de conversações oficiais entre as duas Associações, no Clube Militar (sobre estas, que abrangeram todas as questões já abordadas aquando da I Conferência, em Lisboa, remetemos para o texto final. «Declaração de Maputo»). Terminada esta reunião, foi a vez da visita à Cooperativa de Artesanato Makonde que tem a particularidade de ser integrada, na totalidade, por ex-presos políticos do período colonial e que a PIDE puzera já, na prisão, a trabalhar nesta belíssima arte.

Finalmente, o «encontro de cortesia» com o

procurar que as respostas dadas sejam válidas».

Numa breve intervenção, o dr. Adérito Pinto reafirmou o empenho e a vontade de cooperação da nossa secretaria de Estado da Defesa que poderá, agora, avançar mais rapidamente em áreas delicadas que a I Conferência e o interesse das Associações abriram.

Em resposta, o Presidente Joaquim Chissano começaria por realçar a compreensão existente entre os dois países e os dois povos, mau grado se terem encontrado ainda há bem pouco tempo em grandes combates, combates esses que acabaram por ser um só, comum, contra uma situação que a todos oprimia. «É dentro das Forças Armadas que

Sociais, na dependência directa da própria Presidência da República.

«Esperamos poder aprender com vocês, já que o que temos aqui que fazer é em muito maior escala. O número de deficientes, e apenas os físicos, é muito grande. E continuam... O nosso maior objectivo é o da valorização do deficiente. Queremos que ele se sinta igual a qualquer outro cidadão, encontre o seu lugar na sociedade. O que é importante é sentir a liberdade de que ele, também, está inserido na sociedade, com os mesmos direitos, com o mesmo respeito. A liberdade de participar em tudo! Deficiente sim, diminuído não, porque o que é preciso é valorizar os seus



Audiência com o Ministro da Defesa Nacional

Presidente da Associação de Combatentes da Luta de Libertação Nacional, o próprio Presidente Chissano, que tendo que partir para Nova Iorque para a Cimeira da ONU sobre a criança, não quis deixar de antes receber a delegação portuguesa, acompanhada pelo Secretário-Geral, general Gruveta.

O Presidente da Direcção Central da ADFa, após agradecer o convite para esta visita e ter referido os seus antecedentes em termos de I Conferência e de União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, explicou as razões que tinham levado à inclusão, na comitiva, de um representante da Secretaria de Estado da Defesa Nacional, departamento governamental que em Portugal, tutelando as questões com deficientes militares, tem levado a cabo uma acção sensível, em permanente contacto com a ADFa. Falando depois sobre a importância da cooperação — «cooperação de sangue» — e do seu profundo significado, afirmou José Arruda, já que «cooperar para nós não é vir dar nada, é, em primeiro lugar, vir aprender a ser solidários, vir equacionar problemas e

nós tivemos os melhores amigos em Portugal, no princípio, e sentimo-nos identificados quando nos abraçamos. Nós também iniciámos o processo de Paz e reconciliação», diria.

Mostrando grande preocupação pelo deficiente de guerra, referiu que ele não pode ser só visto na perspectiva física, já que também foram afectados os espíritos e a vida social, criando-se uma desestabilização que não é muito fácil tratar, tanto mais que dada a situação existente no país, a preocupação prioritária tem que ser com a defesa e a economia, procurando-se, interna e externamente, nas OGN — Organizações Não Governamentais, o auxílio tão necessário.

«A ADFa tem poucos meios? O mais importante é o propósito, é a solidariedade que existe e que é demonstrada nesta visita, se o intercâmbio que se realizou em tão pouco tempo», afirmou, antes de falar do apoio que o Governo tem dado, e tem recebido, a organizações como a ADEMO e a própria ACLLN, informando ainda que a importância que se pretende dar ao sector é tal que foi criada já uma Secretaria de Estado dos Assuntos

centros de compreensão...»

Após uma breve intervenção do general Gruveta, esclarecendo a situação respeitante à candidatura e à admissão da ACLLN na FMAC, terminou a audiência, que se havia prolongado por mais de meia-hora, com a oferta, por parte da ADFa, de várias lembranças, nomeadamente da bandeira da Associação e da medalha da I Conferência.

27 SET

Na 5.ª-feira foram efectuadas visitas aos Centros Ortopédicos do Hospital Central do Maputo e da Av. 24 de Junho, tendo havido mais uma sessão de trabalho na ACLLN, assim como a dr.ª Farida Gulama (recorde-se, Secretária-Geral da ADEMO), se deslocou, para novo encontro, à residência da delegação. Entretanto, dois momentos particularmente simpáticos marcaram este dia: um almoço em casa do Adido Militar português, a que compareceram também o Secretário-Geral da ACLLN e o nosso Encarregado de Negócios no Maputo, e uma conversa/intervista com a correspondente do «Público», Teresa Lima.

(Continua na pág. 10)

AMINHOS

Visita Moçambique

(Continuação da pág. 9)

28 SET

Na 6.ª-feira, ainda de madrugada, foi a partida para Pemba (ex-Porto Amélia), acompanhados pelo Secretário-Geral Adjunto da ACCLN, major Gilion Michila. Dois pormenores que não queremos deixar de assinalar: no aeroporto de Maputo compareceu o Governador de Cabo Delgado a apesentar cumprimentos pelo facto de, por razões de serviço, não poder receber a comitiva no seu Distrito, assim como na escala por Nampula (1/2 hora), estiveram na aerogare praticamente todos os quadros locais da ACLLN. Por outro lado, toda a organização da estadia nesta região esteve a cargo de Paulina Mateus, elemento já conhecido de todos por ter integrado a delegação moçambicana à I Conferência.

pulação que ficou conhecido como o «massacre de Mueda» —, quer no talhão dos soldados portugueses. Aliás foi possível falar com o único sobrevivente, da delegação de três, que dias antes da fatídica armadilha havia ido falar com o administrador a pedir a independência. Embora ferido escapou à mortandade, tendo estado preso na Machava de 60 a 74.

29 SET

No sábado partiu-se de jeep para a fronteira Norte, junto ao Rovuma e à vista da Tanzânia, para visitar o Centro de Diminuídos Físicos de Narigade, com instalações oficiais e sociais onde havia sido preparado um encontro com ex-combatentes, voltando-se a ouvir cantos tradicionais. Acto também particularmente sen-

30 SET

Neste domingo, de manhã, ainda houve tempo para um pequeno passeio antes da partida para Maputo, tendo-se repetido, na escala por Nampula, recepção idêntica à do dia 28, agora com a oferta de magníficas peças de artesanato tradicional, em madeira.

Este dia terminou com um contacto feito pelo correspondente da Agência Lusa.

1 OUT

2.ª-feira, último dia da estadia, iniciou-se com a última reunião de trabalhos e redacção das respectivas conclusões, após o que se seguiu um almoço de despedida oferecido pelo secretário-geral da ACLLN, general Gruveta, no Clube Naval.

Na parte da tarde, e antes da assinatura do



Presidente da ADFA e o Secretário-Geral ACLLN

Levados e alojados na Casa de Hóspedes do Governo, após uma reunião de trabalho na sede regional da ACCLN (ex-Messe de Oficiais), com os seus representantes, seguiu-se de táxi-aéreo para Mueda onde, ao fundo da pista de aterragem, aguardava os visitantes uma extraordinária recepção que integrava, para além das autoridades civis e militares, grande parte da população e muitos ex-combatentes, entoando tradicionais cânticos de boas-vindas.

E em Mueda novo e significativo momento de recolhimento quer junto ao monumento aos Heróis da Luta de Libertação, com visita à antiga Administração colonial, onde se pensa fazer um Museu — e recorde-se que foi no terreiro em frente a esta casa que, em 16 de Junho de 1960, se deu o assassinio de centenas de elementos da po-

tido foi o cumprimento e saudação feito pelo presidente da direcção Central da ADFA a Vicente Said, bi-amputado e cego no atentado que vitimou Eduardo Mondlane, primeiro presidente da Frelimo, que agradeceu em nome dos cerca de oitenta deficientes da guerra colonial que ali se encontram.

Após o regresso a Mueda, a comitiva, que havia sido instalada na sua pensão (ex-Messe de Oficiais), foi obsequiada com um almoço oferecido pela administração.

Feita a viagem de regresso para Pemba, houve um jantar de despedida no Governo Provincial de Cabo Delgado, com a presença de numerosas individualidades, entre elas o secretário Provincial do Partido e a secretária Provincial da Organização das Mulheres de Moçambique.

protocolo final e conferência de Imprensa, no Clube Militar, teve lugar uma audiência com o primeiro-ministro Mário Machungo, a quem foi feito, pelas duas delegações, um relato circunstancial de toda a visita, dos trabalhos e das conclusões, reafirmando-se a vontade das Associações irmãs em desenvolver a cooperação de todas as áreas possíveis, tendo aquele governante realçado que tudo o que foi feito é função de uma cada vez mais aproximação entre povos que, afinal, se encontram juntos desde há séculos.

Finalmente, e após a cerimónia de apresentação pública da Declaração de Maputo, foi a partida, emotiva, a que compareceram várias entidades, nomeadamente, tal como à chegada, o secretário-geral da ACLLN e o Adido Militar de Portugal.

Secretário de Estado da Defesa Nacional no Conselho Nacional de Reabilitação

Ontem, 25 de Outubro, dia seguinte ao acto que marcou o início da campanha oficial de angariação de fundos para a nova futura Sede, e a sensibilização levada a efeito pela nossa Associação junto do Secretariado Nacional de Reabilitação e da Secretaria de Estado da Defesa Nacional, o dr. Eugénio Ramos esteve presente na reunião do Conselho Nacional de Reabilitação.

Apresentadas as boas vindas por parte do dr. Guida Faria, que indicou, na sua alocução a vontade de continuar a solicitar a presença de outros governantes, em aproveitamento da ideia lançada pela ADFA, que reconheceu como um dos membros mais activos e intervenientes no Conselho e em toda a dinâmica da reabilitação em Portugal, na defesa dos interesses e direitos de todos os deficientes, falaria o Presidente da Direcção Central da ADFA que salientou, perante os representantes das diversas associações, dos organismos governamentais e técnicos do CNR, a capacidade de trabalho, disponibilidade e abertura do Secretário de Estado para a resolução dos problemas dos deficientes militares, não lhe sendo alheio, por outro lado, um vasto conhecimento da situação geral da deficiência no nosso País.

Dada, pela Secretária Nacional de Reabilitação, e Presidente do CNR, oportunidade de intervenção aos conselheiros, foi a mesma aproveitada pelos representantes da Associação dos Insuficientes Renais do Norte, da CGTP e da UNCNOD para, congratulando-se pela presença de um responsável governamental naquela reunião, expor algumas questões concernentes à política geral de reabilitação, assim como respeitantes aos seus sectores específicos.

O dr. Eugénio Ramos, fez, seguidamente, uma intervenção de fundo e de lata explanação, onde evidenciou ser profundo conhecedor de todas as matérias que têm que ver com a temática dos deficientes militares e da sua inserção em toda a vasta problemática das pessoas portadoras de deficiência, em geral.

Ao analisar os resultados, que refuta de positivos, das frequentes reuniões de trabalho que mantem, desde 1987, com a ADFA, iniciadas, exactamente, pelo desbloquear da situação que se vivia com a necessidade premente de reinstalar a nossa Associação, assentou a sua linha de informação no realce de ter encontrado na Direcção

Central um sentido realista de todas as questões em debate, distinguindo sempre entre o possível e o óptimo.

Enquadrou seguidamente o dr. Eugénio Ramos os contactos havidos em quatro grandes vertentes: a nova Sede, a reabilitação, o enquadramento legal e o apoio ma-

to o mesmo não estiver instalado, encontrar-se-á em funções, no seu Gabinete, um assessor para essa mesma área.

Afirmando não competir ao Estado a resolução de todos os problemas que afligem os cidadãos, caberá às ONG (Organizações Não Governamentais), nas diversas áreas, e



terial e financeiro. Enquanto à nova Sede e à reabilitação, indicando que o subsídio atribuído pelos Ministérios da Defesa Nacional e do Emprego e Segurança Social se destina a financiar parcialmente a construção daquela, esclareceu que a sua função será meramente administrativa pois se tem provado que a simbiose de áreas administrativas e reabilitativas encaixa significativamente os custos de gestão, para além de que há que rentabilizar estruturas já existentes, nomeadamente as do Lar Militar que, conforme sublinhou, «até ficam do outro lado da rua».

A legislação, disse depois, nunca é óptima para os interessados, mas os deficientes militares portugueses estão enquadrados num sistema jurídico dos mais avançados, devido até à sua relativa «juventude». A sua presença na V Conferência Internacional sobre Legislação, da FMAC, em Bad-Ischl (1988), onde contactou com veteranos das I e II Grande Guerra, sensibilizaram-no para o problema do agravamento de algumas sequelas trazidas pelo envelhecimento e do aparecimento tardio de outras de que só nessa altura se detecta o nexo de casualidade com a vivência dos conflitos armados.

Sobre a quarta vertente, tendo a Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional, aprovada em 1988 e implementada no ano seguinte, contemplado na Direcção de Pessoal e Infraestruturas um serviço especialmente destinado ao equacionamento dos problemas dos deficientes militares, enquan-

melhores conhecedores do terreno, desenvolver projectos participados pelos interessados, que deverão, isso sim, ser apoiados material e financeiramente por aquele, num espírito de solidariedade social convergente.

Terminou o Secretário de Estado da Defesa Nacional esta sua explanação desenvolvendo o tema da cooperação, que designou como Futuro, elogiando o papel da ADFA ao ter a corajosa iniciativa de promover a I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, provando-se, com a consequente criação da União das respectivas associações, estarem definitivamente ultrapassados os traumas da guerra colonial.

Em seguida, acompanhado da dr. Guida Faria e de todos os elementos presentes da ADFA, que por ocasião aí deslocou vários dirigentes, responsáveis e técnicos, o Secretário de Estado percorreu demoradamente a exposição fotográfica e documental que a nossa associação, através do seu Departamento de Formação Profissional, montou nas instalações do SNR, realçando-se um atelier de cerâmica, ao vivo, com dois formandos em trabalhos de olaria e pintura, ocasião aproveitada para serem prestadas informações mais detalhadas e concretas sobre as várias áreas de intervenção da ADFA, tendo o dr. Eugénio Ramos mostrado particular interesse e sensibilidade pelas que respeitavam ao «stress da guerra» e ao «Estatuto do Deficiente Militar».

24 OUTUBRO

87 — A DECISÃO! 90 — A ACÇÃO!

No dia 24 de Outubro de 1987, a ADFA vivia um momento histórico e decisivo na sua vida: «O Conselho Nacional... decidiu reafirmar «total disponibilidade e empenhamento da ADFA na procura de nova Sede social, com a consequente saída do Palácio da Independência» («ELO»/OUT 87).

Apresentado então um «Parecer técnico» dos arq.^{os} Ferreira Gomes e eng.^o Sardinha que reconhece a inadequação de uma proposta moradia no Restelo; diz mais à frente o mesmo documento:

«Assim, a construção de uma Sede de raiz constituiu, quanto a nós, a única solução a privilegiar, por reunir uma série de vantagens que, já se concluiu, não existirem nas outras soluções que vêm sendo estudadas pela ADFA e pelo MDN desde 1979.

A construção de uma sede de raiz possibilitará à ADFA manter os actuais serviços prestados aos deficientes militares, permitindo perspectivar o desenvolvimento de acções



também o entenderam quer o Governo, quer a Instituição Militar, quer a Câmara Municipal de Lisboa.

E tudo isto foi reconhecido e lembrado pelo Presidente da Direcção Central, José Arruda, na cerimónia pública de lançamento das medalhas/testemunho da «Campanha de angariação de fundos para a nova Sede», efectuada no Padrão dos

entidades e organizações, dos Presidentes da Liga dos Combatentes e da Sociedade Histórica de Portugal, para além de muitos sócios da ADFA, iniciou as intervenções o Presidente da DC, que depois de saudar os presentes, historiou a questão da nova Sede, realçando os apoios concedidos, e traçou a razão de ser das medalhas e da cerimónia que se vivia.

público, limitado, para a 2.ª fase, a qual se espera começar muito brevemente.

O escultor Vítor Paula, autor das medalhas, explicou depois, comovido, o espírito que dominou a sua criação, exaltação da dignidade do Homem e do combatente, de um passado que o presente já projecta no futuro, porque «os portugueses serão sempre assim».

Depois, em acto simples mas que se revestiu de simbolismo, José Arruda entregaria um estojo com as duas medalhas ao Secretário de Estado da Defesa Nacional, o mesmo fazendo os Presidentes das Delegações de Coimbra, do Funchal e de Vila Nova de Famalicão, respectivamente aos representantes do Estado Maior General, da Armada e do Exército, o Presidente do Conselho Fiscal Central ao representante da Câmara Municipal de Lisboa, o major Jorge Maurício, membro do Conselho Nacional, ao sócio n.º 20, José Furtado, em representação de todos os sócios com direito a medalha, e a pedido muito especial e significativo do Presidnete da Direcção Central, o general Altino de Magalhães fez a respectiva entrega ao senhor José Simão Pires, pensionista de sangue pelo nosso associado José

Alberto Ramalho Pires, em homenagem aos combatentes e sócios falecidos, tendo para terminar, o general Themudo Barata feito a última entrega, à firma «Mota & Cp.» (na presença do Chefe de Redacção do «ELO», por impossibilidade de um seu representante), pelo grande donativo feito (e que a tornou assim, também, a representante simbólica de todas as firmas que já contribuíram).

Conforme previsto, procedeu-se depois à destruição dos cunhos das medalhas, o que foi feito pelo próprio escultor Vítor Paula.

Finalmente, usou da palavra o dr. Eugénio Ramos, que, falando da justiça e dignidade que é devida a todos os que serviram a Pátria, muito especialmente os que se deficientaram no cumprimento do Dever, recordou a acção desenvolvida pela ADFA e a estreita colaboração que tem sido desenvolvida com a Secretaria de Estado, bem como o interesse e cola-

tido em conta em todas as decisões a tomar, sendo já disso prova as questões do prazo das Juntas e dos «grandes deficientes», por exemplo.

Terminada esta cerimónia, seguiram os sócios para a Sede (Palácio da Independência), onde decorreu um almoço de confraternização que reuniu cerca de 120 pessoas.

Da parte da tarde efectuou-se uma visita às obras da nova Sede, tendo sido possível a todos observar o magnífico edifício que está em construção, tendo o próprio eng.^o Marques Inácio estado a receber os nossos associados, guiando a volta por todo aquele enorme espaço, prestando esclarecimentos e informações. A encerrar toda esta bela jornada, um beberete oferecido pela empresa constutora foi pretexto para as últimas saudações e para alguns brindes.

Por curiosidade, e feliz coincidência, 24 de Outubro é «Dia das Nações Unidas», para além de,



futuras nas áreas da reabilitação e do apoio social.»

Talvez mal soubessem como tinham tanta razão (e visão) os elementos desse Conselho Nacional. Já com instalações precárias, em termos de espaço, funcionalidade e mobilidade, no Palácio da Independência, a partir do desenvolvimento verificado muito principalmente a partir do III Congresso, multiplicado agora pelas obrigações contraídas na I Conferência de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, sem falar já na questão interna do crescente apoio que tem de ser dado aos sócios, especialmente nos campos médico, social e jurídico, teria sido realmente desastroso que não se tivesse enveredado por uma construção apropriada.

Felizmente que assim

Descobrimos, em Belém, local muito especialmente escolhido para assinalar a integração deste acto no ciclo das descobertas e do Império, já que, nas medalhas, «A primeira reflecte a partida dos navegadores, dos militares que iniciaram o Império. A segunda assinala o regresso dos que se deficientaram no final desse Império».

Com a presença do Secretário de Estado da Defesa Nacional e de representantes, ao mais alto nível, dos Chefes dos Estado Maior General das Forças Armadas, do Exército e da Armada (general FA Mendes Dias, Vice-CEMGFA, general Tomé Pinto, Vice-CEME e c/almirante Vasco Viegas) bem como da Casa Militar da Presidência da República e da Câmara Municipal de Lisboa e de várias outras

Seguiu-se o 1.º Secretário da DC, e actual coordenador da «Comissão de Acompanhamento das Obras», que informou do andamento das mesmas e da decisão já tomada de lançamento do concurso



boração da Instituição Militar. Ao garantir todo o apoio necessário até a nova Sede estar concluída, o Secretário de Estado da Defesa Nacional disse da plena consciência que há de que o deficiente militar entra agora, nos 40 anos, na fase talvez mais difícil da sua vida, o que tem de ser seriamente

sendo a data da fundação da FMAC, ser também a data de adesão da ADFA à mesma. Por outro lado, naquele mesmo Conselho Nacional de 24 de Outubro de 1987, a Direcção Central foi mandatada para integrar a Comissão Executiva do Monumento aos Combatentes do Ultramar.

23 de Novembro de 1990 — XVII Aniversário do «ELO»

Este ano as comemorações do nosso jornal constarão de duas jornadas que pretendem interligar a vertente associativa ao espírito social da nossa organização.

Assim, pelas 17 horas realizar-se-á, na Sede, um colóquio subordinado ao tema «A Comunicação Social e a pessoa deficiente», para o qual serão convidados alguns dos mais conceituados profissionais da Imprensa, Rádio e Televisão, para além de responsáveis e dirigentes de organizações de e para pessoas deficientes.

Às 20 horas, aberto a sócios, trabalhadores e familiares, terá lugar um jantar de confraternização, também na Sede, para o qual se agradece que os interessados se inscrevam na secretaria do «ELO» (Luísa Braga), até ao dia 21.

MAS AS CRIANÇAS,

(Continuação)

Para não nos alongarmos mais neste aspecto geral e neste tipo de especificações — só o caso actual dos «esquadrões da morte» no Brasil, por exemplo, entre as tantas, demasiadas nem que fosse apenas uma, situações denunciadas pela «Amnistia Internacional», encheria largas páginas —, remetemos o leitor interessado para o ELO de Dezembro de 1989, página 10. artigo «Saúde e Morte». Creio que bastará. Assim como bastará para começar a compreender o porquê de tantas das «fugas» de que o IAC fala.

Retomando, pois a realidade do projecto «Trabalho de rua com crianças em risco ou em situação de marginalidade», haverá que referir que para este escrito nos socorremos, para além das nossas próprias fontes e de dados do IAC, de outros órgãos de Imprensa, com especial destaque para a revista «Marie Claire», de Setembro deste ano, que agradavelmente nos surpreendeu pois que nunca tendo folheado tal publicação, fomos encontrar, ao invés de simples páginas cheias de «moda» e sociedade», como sempre julgámos, artigos de fundo e desenvolvidas reportagens de interesse social, nomeadamente, para o que nos interessava. «Testemunhos: filhos de pais divorciados», «Reportagem: adolescentes em fuga» e «Saúde: abuso sexual». Mas há outros também a ler. Os nossos agradecimentos à pessoa amiga que nos indicou a revista e os nossos cumprimentos à equipa de «Marie Claire». Pena que o seu preço não a torne mais acessível ao grande público...

E o que se encontra na análise, que até nem necessita de ser muito profunda, de todos esses documentos, dados e situações? Na consciência plena de poder ser chamado de simplista, e **competição social!**

Expliquemo-nos. Por detrás de todo o quadro de marginalização ou desadaptação, de «fuga», como seu resultado final (que não o último, que esse será o suicídio, não tão raro como isso entre nós, mesmo nos jovens — e a «overdose» acrescentará números arrepiantes às estatísticas —), está a luta em que se tornou a vida, já não apenas de sobrevivência — aqui considerada como a obtenção de limites mínimos de dignidade —, como, talvez principalmente, de afirmação e Poder. Não interessa já tanto o viver mas sim a forma de viver.

Daí que também se valorize o que se consegue, sem ligar demasiado ao como se consegue. Portanto, sem darmos por isso, e apenas porque somos parte deste tipo de sociedade, se queremos «sobreviver» temos que, pelo menos, entrar no jogo. Uns farão mais batota que outros, alguns serão demasiado violentos... e dos fracos não reza a história. Aí está: a aproximação das fórmulas, a subtil adaptação de conceitos a cada momento, principalmente ao «nosso» momento, com o seu inevitável egoísmo e desinteresse (pelo menos)



I.A.C.

instituto de apoio
à criança

pela situação dos outros.

E sendo já essa a forma de viver aceite, a todos os níveis, é evidente que ela se vai reflectir em todos os seus actos, mesmo sem nos apercebermos, tal como não nos apercebemos que respiramos. Alguns dirão que é uma situação irreversível. Nós, porque continuamos a existir poetas, acreditamos que não. Na verdade, porém e de modo geral, a insensibilidade (para muitos) mais do que a esperança (para poucos), domina-lhes a vida.

E a vida passa a ser feita de ansiedades e angústias, de tensão contínua, quer no emprego quer em casa e até mesmo, incrivelmente, nos momentos de lazer, no desporto, no convívio com amigos. Sem que muitas vezes haja, tenha que haver, uma causa imediata ou precisa, é a acumulação de vários factores que conduz à irritabilidade, à falta de comunicação, siolamento/marginalização, ao antagonismo e à confrontação. Quase que já não se vive com os outros, mas contra os outros, embora isso, na aparência, não suceda. E permita-se-nos aqui o flagrante exemplo dado numa entrevista, há relativamente pouco tempo aparecido na nossa TV, em que uma jovem estudante dizia, certamente com realismo, que já na própria escola deixa de haver colegas para passar a haver rivais...

A competição social, como dissémos ao princípio. Numa sociedade em que o «sucesso» é meta, baseado apenas em parâmetros económicos, o falhanço é estigma e desconsiderado o que não pretende alcançar aquele. Lógico, portanto, que não podendo ser todos

vencedores, já que para subir alguns terão que servir de degraus, os meios e as formas se tornam secundários (ou não), sendo os «espertos» os que ganham.

Tudo isso, claro, se faz sentir no ambiente de cada um e do seu relacionamento com os outros. As crianças e os jovens, a quem são teoricamente ensinados, pelos mais velhos, os bons princípios e praticamente demonstrados ou maus, sofrem profundamente essa incoerência e encontram-se, muitas vezes, perante o dilema de terem que levar uma bofetada ou conside-

a forma mais comoda de se desenvencilharem do insucesso escolar ou de qualquer outra dificuldade», «As famílias, em geral, primeiro procuram os filhos desesperadamente (e espancam-nos quando os encontram)...», «Quando eu e um amigo fomos suspensos do liceu, por falarmos mal a um professor, decidimos fugir», «As raparigas... fugiam pelos mesmos motivos que os outros: queriam mais liberdade, os pais davam-se mal ou batiam-lhes quando tinham más notas», «...continuo a ambicionar sair de casa porque é horrível viver com pessoas sempre aos berros à nossa volta»; «Embora não existam números concretos... sabe-se que a média de idade das crianças (raparigas e rapazes) em que há abuso (sexual) é dos 8 aos 10 anos», «O facto — especialmente impressionante — de na grande maioria das situações o abuso ser praticado por um familiar...», «Os filhos dos pais pouco disponíveis ou desunidos também, podem estar particularmente susceptíveis».

E com especial destaque: «mas com transportes cada vez mais acessíveis e uma facilidade crescente em fazer «biscates» aqui e ali...», «Levar um pacote da praia até um senhor que passa por ali de carro», «A maior fonte de rendimento é a prostituição infantil», «...pessoas que se aproveitam da mão-de-obra barata que representam estes miúdos», «...eles sabem que a gente não refila com o ordenado».

«O ideal seria apoiar os menores antes da situação de rotura».

«Porque, defendem os entendidos, ensinar a criança a falar no que a preocupa é meio caminho andado para poder impedir os problemas de se transformarem em coisas mais graves».

Vamos apoiar o I.A.C. e o seu programa «Trabalho de rua com crianças em risco ou situação de marginalidade»?

Mas vamos também, urgentemente, fazer uma profunda análise à nossa vivência familiar, perguntar-mo-nos quando foi a última vez que desligada a televisão, nos sentámos todos a conversar, a resolver conjuntamente os problemas de cada um... E, se mesmo com a TV ligada, aproveitar os seus programas para falarmos sobre eles, a razão da sua escolha ou da sua rejeição, os gostos e interesses de cada um. E quem melhor que ex-combatentes para esclarecer sobre a «glória» da guerra e do uso da violência, por exemplo?...



unicef 



SENHORES...

Por J.M.S.

«A civilização humana será moldada pelo modo como vivem as crianças, o modo como crescem, a sua maneira de ser»

(Ingvar Carlson, Primeiro-Ministro da Suécia)

Não foi por acaso que o ELO iniciou, em Setembro, uma série de artigos sobre a criança. É que vários factos se conjugam para tornar a década este ano agora iniciada, a última antes do século XXI, mau grado tão dolorosos quadros que se vivem, a década da ESPERANÇA.

Comemorando-se em 20 de Novembro de 1989 o 30.º aniversário da «DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA» (documento que, ao contrário do que alguns pensam, apenas se limita a enumerar princípios gerais aceites pelos Governos mas que não comportam obrigações jurídicas), nessa mesma altura a 44.ª Assembleia Geral das Nações Unidas adoptou, por unanimidade, depois de longas e difíceis negociações, a «CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA», produto de um trabalho de juristas internacionais começado em 1979, por ocasião do «Ano Internacional da Criança».

«Foram necessários dez anos para preparar, discutir e aprovar este documento de 54 artigos que estipula que a criança deve ter uma alimentação conveniente, ter acesso à educação, ser protegida contra poderes arbitrários e qualquer forma de violência física ou mental e contra a exploração económica e sexual» (Boletim de MAR90 do comité português para a UNICEF).

Assinado por Portugal em 26 de Janeiro deste ano, em Nova Iorque, juntamente com os primeiros 60 países, ratificado pela Assembleia da República, assinado pelo Chefe de Estado e publicado no «Diário da República» de 15 de Setembro passado, este documento passou já a ter a força de Direito Internacional que lhe foi concedida pelo facto de ter sido ratificado por vinte nações (em fins de Setembro eram cerca de 130 as assinaturas e 50 as ratificações), prevenindo-se a criação, na ONU, de um Comité próprio a fim de examinar periodicamente relatórios sobre eventuais violações à Convenção (e adivinha-se o espantoso trabalho que vai ter...). Curiosamente os Estados Unidos da América não a assinaram, dado que nalguns dos seus Estados continua a

vigorar a pena de morte para menores!

Entretanto, a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), apoiada entusiasticamente pelo Canadá, Egipto, Mali, México, Paquistão e Suécia, tomou a iniciativa de convocar uma «CIMEIRA MUNDIAL PARA AS CRIANÇAS» que decorreu em 29 e 30

to, cerca de 40 mil crianças com menos de 5 anos, de malnutrição, doença (incluindo a SIDA) e outras causas, qualquer coisa como 15 milhões por ano, 97% das mortes em todo o Mundo, tendo sido também assumida pelos países industrializados a realidade de que os problemas não resultam exclusivamente da pobreza.

World Summit for Children
Sommet Mondial pour les Enfants
29-30 September 1990
United Nations • New York



de Setembro último, na Sede da ONU, em Nova Iorque, logo a seguir a aí se terem juntado, também, numerosos ministros da Saúde, peritos internacionais em matéria de saúde, directores de agências internacionais de desenvolvimento e outras individualidades, com o fim de estudar os objectivos fixados para os anos 90 nos domínios da saúde materno e infantil.

Reunindo setenta e dois Chefes de Estado e de Governo, no que foi o maior acontecimento histórico das Nações Unidas, a conferência serviu para debater a situação dramática em que se encontra a maioria das crianças deste nosso planeta, calculando-se, por exemplo, que morram diariamente, nos países em desenvolvimen-

A Cimeira desejou, e aceitou por aclamação, incluir no documento final, para além de simples intenções ou solenes compromissos, um ambicioso programa de acção até ao

ano 2000. Assim, e sob o lema «UM FUTURO MELHOR PARA TODAS AS CRIANÇAS», a «DECLARAÇÃO MUNDIAL A FAVOR DA SOBREVIVÊNCIA, DA PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA», traça os seguintes grandes objectivos:

— Reduzir pelo menos um terço das taxas de mortalidade dos menores de 5 anos dos quais morrem 40 000 diariamente em todo o Mundo.

— O desejo de remediar esta situação não é

estranho à convocação desta cimeira.

— Reduzir para metade a taxa de mortalidade materna.

— Cerca de 500 000 mulheres morrem anualmente na sequência de uma gravidez ou de um parto.

— Reduzir para metade a malnutrição grave ou moderada de que são vítimas as crianças de idade inferior a 5 anos.

— A malnutrição é responsável por cerca de metade das mortes de crianças, calculando-se que 20 milhões de crianças sofrem de malnutrição grave e que 150 milhões não têm um peso suficiente.

— Garantir a todos o acesso à água potável e a sistemas sanitários de evacuação de excrementos.

— Calcula-se que 1,23 mil milhões de pessoas não têm acesso permanente à água potável e cerca de 2,25 mil milhões de pessoas não beneficiam de sistemas de saneamento.

— Universalizar a educação de base e tomar medidas para que no mínimo 80% das crianças em idade de frequentarem a Escola Primária completem este ciclo de ensino.

— Actualmente cerca de 100 milhões de crianças jamais entraram numa sala de aula.



— Reduzir, no mínimo para metade, a taxa de 1990 relativa ao analfabetismo dos adultos, dando um especial ênfase na alfabetização das mulheres.

— Existem actualmente no Mundo cerca de mil milhões de analfabetos.

— Reforçar a protecção das crianças em situações particularmente difíceis.

— Trata-se de proteger as crianças sem abrigo e as crianças de rua, as crianças vítimas de violência, dos estupefacientes e de conflitos armados, as crianças submetidas à exploração no local de trabalho, os refugiados e as pessoas deslocadas.

«QUERO SER CRIANÇA PEQUENO»

Ah, aqueles «Sinais do Tempo» do dia 11 passado!

Aquelas crianças que nunca o foram, violentadas e instrumentalizadas ao serviço de «causas» e «ideais» que o deixam de ser no momento em que exigem tais sacrifícios, cometem tais crimes. Crianças já não tão-somente vítimas, ou melhor, duplamente vítimas porque agora também actores/ autores de morte, de tortura, de crueldades inenarráveis que multiplicarão talvez sem saberem (o) porquê e transmitirão aos seus filhos num desejo de vingar uma infância que não lhes foi permitido viver.

Matar primeiro para não o matarem antes, terrível dilema para quem está na idade em que a amizade e a generosidade deviam ser flores a desabrochar. Mas as marcas de catana na cabeça e no pescoço de miúdos de dez/doze anos deixadas por golpes desferidos por outros com quem deveriam estar a brincar, secam qualquer jardim.

Das florestas da Colômbia, do Cambodja ou de Moçambique às «selvas» de Belfast, de Los Angeles ou da Cisjordânia, a desumanização e insensibilização dessas crianças, para quem as armas são os brinquedos comuns e os jogos de guerra se tornam reais, não tem qualquer justificação.

É nestas ocasiões, perante reportagem como essa admirável «Tenho 12 anos e sou soldado», do francês Gilles de Maistre, que se pergunta se vale a pena e que orgulho poderá haver em pertencer, mau grado da Vinci, Beethoven ou Neruda, a uma espécie animal que trata assim os seus semelhantes, as suas crianças.

É a resposta vem-nos exactamente de uma delas, a quem entregaram uma arma depois de torturarem e matarem a Mãe à sua frente. «Quero ser criança pequeno», dirá infantilmente esse moçambicano.

E se ele pode querer, depois de tudo porque passou, nós temos de poder muito mais!

Dada a importância desta questão, e até porque nos estamos a aproximar da quadra do Natal..., ELO continuará a desenvolver este assunto em próximos números, agradecendo qualquer artigo ou opinião, até fotografias ou desenhos, que os nossos leitores e/ou os seus filhos nos queiram enviar.

Entretanto Portugal, que tem índices infantis de mortalidade, de alcoolismo, de analfabetismo, de maus tratos e violência, de trabalho e mendicância, entre outros, demasiado elevados, apenas achou necessário estar na Cimeira como «observador». Ah, mas foi dos primeiros a assinar a Convenção!

DESPORTO

DESPORTO
DESPORTO
DESPORTO

do acompanhante e condutor da viatura Binda.

Numa jornada de organização impecável, as representações do CMR/Alcoitão, do Sport Club Angouleme (França), e de La Peraleda de Toledo, C. M. Zuzenak de Vitória e A. D. M. de Cantabria (Espanha), encontraram-se em provas de basquete em cadeira de rodas, tiro de carabina e slalon, para além da

acrescida com os ventos que se fazem sentir.

Em basquete a equipa da ADFA viu-se obrigada a desistir, em protesto contra a arbitragem, já no terceiro jogo, embora os sucessivos «erros» daquela tivessem começado logo no primeiro. Eis, no entanto, os resultados feitos: ADFA-23/La Peraleda-31; ADFA-27/Cantabria-35 e ADFA-8/Angouleme-15. Os nossos representantes foram: J. Carvalho, M. Borges, J. Neto, A. Pedro, V. Taborada, C. Noivo e A. Botelho, este o melhor marcador.

Em tiro (J. Carvalho, M. Borges e J. Neto) e em slalon (A. Pedro, V. Taborada e J. Neto), a actuação dos atletas da Associação foi muito competitiva, tendo-se, no entanto, excedido na «Subida», com todos os inscritos (A. Botelho, M. Borges, C. Noivo, J. Neto e A. Pedro) a finalizar bem dentro do tempo limite, tendo mesmo sido conseguidos um 2.º (A. Pedro) e um 10.º (A. Botelho) lugares de grande mérito (e esforço).

Não havendo propriamente classificações, senão no tocante à «subida», os nossos atletas trouxeram 3 taças, além de 2 prémios pecuniários.



A fim de participar nas «IX Jornadas Internacionais de Deportes para Minusvalidos Fisicos», e a convite da *Federacion Cantabra de Deportes para Minusvalidos*, esteve em Santander, de 11 a 14

deste mês, uma delegação da ADFA composta pelos associados e atletas António Botelho, Manuel Borges, Carlos Noivo, Jorge Neto, António Pedro, José Carvalho, Vítor Taborada e Cândido Sá, sen-

«Subida a Peña Cabarga», corrida em cadeira de rodas de grande prestígio e tradição em Espanha e que consiste em subir uma rampa de três quilómetros de grande inclinação, dificuldade



Uma das formas de dar mais força e dinâmica à ADFA é pagando as quotas em tempo!

Como, com certeza, já é do conhecimento de todos os sócios, o valor da quota a praticar para 1990 é de 200\$00/mês (duzentos escudos).

Para facilitar aos sócios a liquidação das quotas, mais uma vez se informa que as mesmas podem ser pagas directamente nas Delegações, através de vale de correio ou em cheque passado à ordem da Associação dos Deficientes das Forças Armadas.



Assinatura

Distribuído gratuitamente aos sócios com quotas em dia, o ELO pode ser assinado por qualquer outra pessoa, a um preço quase simbólico de 500\$00/ano (11 números).

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos serão acrescidos dos respectivos «portes», a saber: Europa — 1200\$00; fora da Europa — 1500\$00, países africanos de língua portuguesa — 900\$00.

Pagamento de donativos

Continua a decorrer a «Campanha de Angariação de Fundos» para a construção da nova Sede nacional, cujas obras prosseguem a bom ritmo.

Entrega o teu contributo na Sede ou na tua Delegação.

AGORA A SUA REFORMA VALE O QUE V. QUISER



TOP  REFORMA
Uma Conta Segura

TOP REFORMA

É Você quem decide a qualidade de vida do seu futuro:

- Poupa o que quiser, e quando quiser.
- Beneficia de juro fixo garantido, e, no mínimo, de 90% dos resultados líquidos da aplicação das suas poupanças.
- Dispõe, sempre que o entender, das entregas que efectuou, acrescidas dos rendimentos obtidos.
- Usufrui de isenção e de dedução fiscais.

TOP REFORMA O investimento sem riscos

FUNDO TOP

 mais segurança
maior rendimento
maior estabilidade

TOP SEGURO POUPIANÇA

TOP REFORMA

FIDELIDADE  GRUPO SEGURADOR S.A.

FIDELIDADE GRUPO SEGURADOR S.A.

Chamamos a atenção para o disposto no n.º 2 do art.º 44.º do DECRETO-LEI N.º 215/89 («Diário da República» n.º 149 de 01/07/89) que possibilita a DEDUÇÃO DA TOTALIDADE dos prémios de SEGURO DE VIDA, para efeito de apuramento do rendimento colectável em IRS, aos deficientes com grau de invalidez permanente igual ou superior a 60% e conforme exaradas no referido diploma.

Para ESCLARECIMENTOS mais pormenorizados queira contactar a SEDE DA ADFA, no Largo de S. Domingos, em Lisboa, às horas normais de expediente, através dos telefones 346 21 67/8 ou, a partir das 19 horas, para o telefone 253 43 85.

✂ ----- Recorte e remeta -----

À ADFA
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos
1194 LISBOA CODEX

Não sendo possível deslocar-me à Sede durante os períodos de atendimento e estando interessado em receber esclarecimentos sobre os SEGUROS DE CAPITALIZAÇÃO da FIDELIDADE, solicito que me contactem através do

Telefone _____ entre as _____ horas e as _____

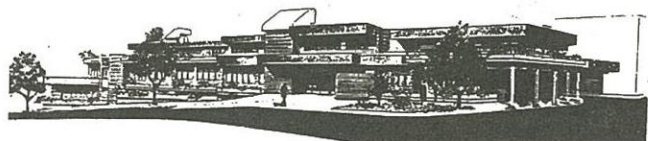
Nome _____

Morada _____ Idade _____

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Bom, com mais um jeitinho... e caímos nos 5 mil contos. Aliás, certamente que a esta hora, mesmo a do fecho do jornal e não a do recebimento do ELO em sua casa, eles já foram ultrapassados. Só que, como continuamos a dizer, falta tanto para os dez mil... E nós, como a maior parte das pessoas, não gostamos nada de perder apostas. Nem a feijões, quanto mais a tostões! Claro que ainda faltam dois meses para a campanha entrar em 91 e, até lá, algum dos nossos sócios pode ganhar o totoloto...



Porque na última página se fala bastante da nova Sede e da campanha de angariação de fundos, vamos poupar neste espaço e vamos já avançar para os nossos números:

Transporte (SET90) 4 583 438\$00

SÓCIO NOME N.º	QUANTIA
(Sede)	
6 627 Augusto A. C. Salgado	10 000\$00
2 378 José A. D. Neves	10 000\$00
2 255 António F. R. Marques	10 000\$00
8 402 Manuel F. Pirralho	10 000\$00
769 Viriato J. Lopes	10 000\$00
618 Alberto A. Pinto	10 000\$00
593 José E. G. Arruda	10 000\$00
1 334 António S. Carreiro	20 000\$00
1 384 José F. M. Paixim	2 000\$00
8 812 João D. S. Raposo	5 000\$00
1 066 Valentino Kandjovo	3 600\$00
113 José J. M. C. Guedes	1 000\$00
7 169 José P. Gil	5 000\$00
12 130 Manuel F. Muchacho	5 000\$00
6 586 Joaquim M. Fernandes	5 000\$00
9 904 António A. C. Pereira	2 000\$00
1 897 Manuel J. Baião	6 000\$00
1 866 Manuel A. G. Velez	5 000\$00
9 822 Alcindo A. N. Simões	1 000\$00
98 Manuel C. Amaro	5 000\$00
75 Otilio P. Calição	5 000\$00
5 997 Adelino J. M. Barros	1 000\$00
2 383 António J. S. Martins	1 000\$00
11 188 Alberto J. F. Macedo	5 000\$00
388 Filipe V. G. Maltês	5 000\$00
391 Mário S. Sobral	5 000\$00

11 509	Manuel G. Costa	1 000\$00
801	José M. Alves	5 000\$00
9 203	Álvaro P. Escalda	9 000\$00
206	Armando B. Conceição	5 000\$00
9 134	Malam S. Goda	2 000\$00
3 761	Abílio A. P. Alho	1 000\$00

(Castelo Branco)

9 254	Manuel A. Miguel	5 000\$00
-------	------------------------	-----------

(Faro)

384	José N. Rufino	10 000\$00
10 572	José M. L. Coelho	50 000\$00
11 388	João M. R. Direitinho	1 000\$00

(Porto)

1 080	Amadeu A. Felgueiras	10 000\$00
6 220	Bernardino G. Correia	20 000\$00
10 268	Manuel T. Campos	10 000\$00
1 794	Agostinho N. Pereira	3 000\$00
6 792	Afonso Lopes	5 000\$00

(Setúbal)

7 149	José A. Q. Queimada	5 000\$00
6 001	Albertino S. Lopes	1 000\$00
11 151	Blandino V. M. Lopes	1 000\$00

(V. N. Famalicão)

2 919	Fernando M. Sousa	15 000\$00
-------	-------------------------	------------

(Viseu)

3 151	Aníbal Araújo	1 000\$00
7 487	Eduardo A. Almeida	1 000\$00
12 241	João F. Fonseca	5 000\$00
3 320	Alexandre C. Dias	2 000\$00
9 417	Luís F. C. Amaral	500\$00
7 086	Fernando G. Santos	1 000\$00
3 581	Armando S. Luís	5 000\$00
5 118	Licínio B. Júlio	2 000\$00
9 317	Lucindo M. Tojal	5 000\$00
3	Bernardino A. Azevedo	20 000\$00
2 816	João R. Pereira	2 000\$00

SÓCIO NOME QUANTIA N.º

(Sede)

Antigos combatentes da Ilha do Pico (Açores)	12 401\$00
Olimpia S. F. Pontes	1 000\$00
ELFE Lda.	15 000\$00

(Castelo Branco)

Júlio M. Ramos	1 000\$00
----------------------	-----------

(Faro)

Mário G. P. Conceição	2 000\$00
-----------------------------	-----------

A transportar 4 975 939\$00

ÚLTIMA HORA

Como prevíamos os 5 mil contos foram já ultrapassados. Só no almoço do dia 24 foram mais de 60 mil escudos os donativos entregues para a campanha!

AUTOMÓVEIS CITROEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
AX 10 RE 3 PORTAS	856 210\$00	1 132 700\$00
AX 10 TRE 5 PORTAS	997 236\$00	1 297 701\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	928 264\$00	1 352 700\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	1 101 768\$00	1 491 701\$00
AX 14 TRS 5 PORTAS	1 071 416\$00	1 612 700\$00
AX SPORT 3 PORTAS	1 219 072\$00	1 728 701\$00
AX GT 3 PORTAS	1 156 887\$00	1 712 701\$00
AX GT 5 PORTAS	1 208 169\$00	1 772 701\$00
AX SPORT	1 271 255\$00	1 690 001\$00
BX 14 TGE P3	1 417 570\$00	2 017 700\$00
DIESEL		
AX 14 RD 5 PORTAS	1 143 766\$00	1 697 700\$00
AX 14 D (ENTERPRISE)	1 109 975\$00	1 305 000\$00

Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
CORSA		
SW 1.0ST 3P	917 770\$00	1 241 623\$00
SW 1.2ST 3P	996 400\$00	1 431 572\$00
SW 1.2ST 4P	1 063 000\$00	1 509 494\$00
SW 1.2ST 5P	1 043 400\$00	1 486 562\$00
GL 1.2ST 3P	1 071 500\$00	1 519 439\$00
GL 1.2ST 4P	1 120 200\$00	1 576 418\$00
GL 1.2ST 5P	1 104 000\$00	1 557 464\$00
GL 1.4ST 5P	1 124 400\$00	1 727 401\$00
JOY 1.4NV 3P	1 219 500\$00	1 838 668\$00
SW 1.5D 4P	1 275 700\$00	1 989 557\$00
SW 1.5D 5P	1 265 400\$00	1 977 506\$00
KADETT		
LS 1.2SC 3P	1 296 140\$00	1 782 268\$00
LS 1.2SC 5P	1 350 800\$00	1 846 220\$00
LS 1.4NV 3P	1 401 080\$00	2 051 117\$00
LS 1.4NV 4P	1 478 270\$00	2 141 429\$00
LS 1.4NV 5P	1 466 090\$00	2 127 178\$00
LS 1.7DA 4P	1 592 530\$00	2 672 720\$00
LS 1.7DA 5P	1 571 440\$00	2 648 045\$00
BEAUTY 1.4NV 4P	1 611 270\$00	2 297 039\$00
BEAUTY 1.4NV 5P	1 599 190\$00	2 282 905\$00
BEAUTY 1.5TD 4P	1 926 190\$00	2 750 630\$00
BEAUTY 1.5TD 5P	1 914 000\$00	2 736 368\$00
LS 1.7DA 5P (Caravan)	1 690 700\$00	2 706 065\$00
VECTRA		
GL 1.4 4P	1 868 700\$00	2 598 232\$00
GL 1.4 5P	1 916 030\$00	2 653 608\$00
GL 1.7D 4P	2 234 000\$00	3 423 240\$00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
PANDA 750 CL	845 653\$00	1 089 470\$00
UNO 45-3P	923 516\$00	1 230 470\$00
UNO 45S-3P	989 157\$00	1 307 270\$00
UNO 45S-5P	1 054 798\$00	1 384 070\$00
UNO 60S-3P	1 030 093\$00	1 408 470\$00
UNO 60S-5P	1 093 341\$00	1 482 470\$00
UNO 60 SX	1 183 170\$00	1 587 570\$00
UNO 60 S CTX	1 194 254\$00	1 604 470\$00
UNO 70 SX-3P	1 204 715\$00	1 787 470\$00
UNO 70 SX-5P	1 252 578\$00	1 843 370\$00
UNO DIESEL 3P	1 155 190\$00	1 668 794\$00
UNO TURBO 5P	1 515 227\$00	2 146 790\$00
TIPO 1.1	1 283 170\$00	1 704 570\$00
TIPO 1.4	1 284 031\$00	1 880 270\$00
TIPO 17D	1 425 900\$00	2 457 895\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 584 202\$00	2 231 470\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN E AUDI

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.3 4 P	1 367 104\$00	1 877 000\$00
GOLF CL 1.3+4 P	1 641 462\$00	2 198 000\$00
GOLF CLD 1.6 4 P	1 818 043\$00	2 851 715\$00
GOLF CLTD+1.6 4 P	2 271 825\$00	3 382 640\$00
JETTA CL 1.3	1 371 414\$00	1 882 043\$00
JETTA CLD 1.6	1 878 400\$00	2 922 332\$00
JETTA CLTD+1.6	2 277 699\$00	3 389 512\$00
PASSAT CLTD+1.6	2 785 310\$00	3 983 417\$00
PASSAT VAR CLTD+1.6	2 819 597\$00	4 023 533\$00
AUDI 80 TD 1.6	2 986 514\$00	4 218 826\$00
AUDI 80 TD+1.6	3 139 252\$00	4 397 529\$00

— A opção por pintura metalizada, varia entre os 12 000\$00 e 52 000\$00, conforme o modelo.

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desalfandegamento da viatura, excepto para as marcas Citroën e Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

SEDE

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas.
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas.
PSICOLOGIA — «Stress de guerra» Dr.ª Paula Frazão	Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.
ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL Dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão	Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.
SERVIÇO SOCIAL Assistente social: Gracinda Benedito	Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h. Terças e Quintas-feiras, 9.30/12.30 h.

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.



STRESS DE GUERRA

Chamamos a atenção dos interessados para o facto de já estarem a funcionar, de novo, as sessões de terapia de grupo.

Consultar o quadro ao lado.

Os Direitos da Criança

1 A criança deve gozar de todos os direitos enunciados na presente Declaração. Estes direitos devem ser reconhecidos a todas as crianças, sem excepção alguma, e sem qualquer distinção ou discriminação de raça, cor, sexo, língua, religião, opiniões políticas, origem nacional ou social, fortuna, nascimento, ou sobre qualquer outra situação, que se refira à própria criança ou à sua família.

2 A criança deve beneficiar de uma protecção especial e devem ser-lhe concedidas possibilidades e facilidades, por força de lei e por outros meios, a fim de estar em condições de se desenvolver de modo sã e normal no plano físico, intelectual, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Na adopção de leis com este fim, o interesse superior da criança deve ser o factor determinante.

3 A criança tem direito, desde o nascimento, a um nome e a uma nacionalidade.

4 A criança deve beneficiar de segurança social. Deve poder crescer e desenvolver-se de uma maneira sã; com este fim, devem ser-lhe garantidos auxílios e protecções especiais, assim como a mãe, especialmente cuidada pré e pós-natais adequados. A criança tem direito à alimentação, habitação, distrações e cuidados médicos adequados.

5 A criança física, mental ou socialmente diminuída deve receber o tratamento, educação e cuidados especiais de que o seu estado ou situação necessitam.

6 A criança, para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade, tem necessidade de amor e de compreensão. Deve, tanto quanto possível, crescer sob a salvaguarda e sob a responsabilidade dos pais, e, em qualquer caso, numa atmosfera de afecto e de segurança moral e material; a criança de tenra idade não deve, salvo em circunstâncias excepcionais, ser separada da sua mãe.

A sociedade e os poderes públicos têm o dever de tomar um cuidado especial com as crianças sem família ou com aquelas que não têm meios de subsistência suficientes.

É para desejar que sejam concedidos às famílias numerosas subsídios do Estado ou outros, para a manutenção dos filhos.

7 A criança tem direito a uma educação, que deve ser gratuita e obrigatória, pelo menos ao nível elementar.

Deve beneficiar de uma educação que contribua para a sua cultura geral e lhe permita, em condições de igualdade de oportunidades, desenvolver as suas faculdades, o seu juízo pessoal e sentido das responsabilidades morais e sociais, e tornar-se um membro útil à sociedade. O interesse superior da criança deve ser o guia daquelas que têm a responsabilidade da sua educação e da sua orientação: esta responsabilidade penence em primeiro lugar aos pais.

A criança deve ter todas as possibilidades de se entregar a jogos e a actividades recreativas, que devem ser orientadas para os fins visados pela educação; a sociedade e os poderes públicos devem esforçar-se por favorecer o exercício deste direito.

8 A criança deve, em todas as circunstâncias, estar entre os primeiros a receber protecção e socorro.

9 A criança deve ser protegida contra toda a forma de negligência, crueldade e exploração. Não deve ser submetida a tráfico, qualquer que seja a sua forma. A criança não deve ser admitida num emprego antes de ter atingido uma idade mínima apropriada; não deve, em caso algum, ser constrangida ou autorizada a exercer uma ocupação ou um emprego que prejudique a sua saúde ou a sua educação, ou que entorpeça o seu desenvolvimento físico, mental ou moral.

10 A criança deve ser protegida contra as práticas que possam levar a discriminação racial, religiosa ou qualquer outra forma de discriminação. Deve ser educada num espírito de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e fraternidade universal, e no sentimento de que lhe cabe consagrar a sua energia e o talento ao serviço dos seus semelhantes.

(Texto da resolução adoptada, em 20 de Novembro de 1959, pela Assembleia Geral das Nações Unidas)

